

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA

JULIANO SEVERO PEIXE

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: ESCRITURAÇÃO FISCAL
DAS CONTRIBUIÇÕES - APURAÇÃO E REVISÃO DOS CRÉDITOS TOMADOS
PELA EMPRESA “GAMA”**

**CURITIBA
2013**

JULIANO SEVERO PEIXE

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: ESCRITURAÇÃO FISCAL
DAS CONTRIBUIÇÕES - APURAÇÃO E REVISÃO DOS CRÉDITOS TOMADOS
PELA EMPRESA “GAMA”**

Monografia apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para conclusão do Curso de Pós-graduação em Controladoria.

Orientadora: Dra. Mayla Cristina Costa

**CURITIBA
2013**

RESUMO

O Sistema Público de Escrituração Digital é um projeto nacional com apoio das entidades municipal, estadual e federal para aprimorar a capacidade de compartilhamento e integração, de informações contábeis e fiscais, geradas pelos escritórios de contabilidade e empresas que possuem contabilidade interna. Assim, há uma integração melhor do controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais com a auditoria eletrônica, eliminando informações redundantes dos contribuintes as autoridades tributárias. Esta integração elimina as informações duplicadas que eram encaminhadas em muitas das vezes com duplicação de relatórios e outros documentos solicitados pela legislação tributária para que as empresas cumprissem suas obrigações acessórias. O objetivo desta monografia foi analisar as vantagens e desvantagens na implantação do SPED – EFD - contribuições para apuração e revisão dos créditos tomados pela empresa para escriturar e contabilizar suas transações. Pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e descritiva. Quanto à abordagem é qualitativa e se caracteriza como estudo de caso da empresa “GAMA”. Os resultados apresentados estão de acordo com o delineamento descrito nos procedimentos metodológicos. Foi realizada a revisão dos créditos tomados pela empresa e reposicionamentos dos créditos apurados, após o resultado de auditoria e avaliação dos insumos adquiridos pela empresa. Verificou-se a composição dos valores a pagar efetivamente que a empresa devia para o fisco, conforme está demonstrado na tabela 1. As vantagens da utilização do SPED destacam-se: informatização na troca dos dados, segurança dos dados e na importância tecnológica da informação digital, redução de ilícitos tributários para o governo com melhor fiscalização, redução de custos operacionais e de papel para empresa e governo, emissão da Nota Fiscal Eletrônica. As desvantagens verificadas são as seguintes: alto custo de implantação, falta de profissionais com conhecimento técnico para operacionalizar os procedimentos do SPED, falta de estrutura tecnológica, problemas de envio e validação das informações (geração de erros), mudança na cultura operacional da empresa, falta de conhecimento dos processos e tecnologias. Além da empresa, ser obrigada por imposição forçada da implantação do SPED, exposição fiscal e falta de software adequado com alto custo, sem receber qualquer auxílio ou incentivo por parte do governo e falta de treinamento eficaz oferecido pelo governo que dificulta a utilização do SPED na empresa por falta de conhecimento especializado.

Palavras-Chave: Apuração, Revisão de Crédito, Contribuições, Integração, Implantação do SPED, Vantagens, Desvantagens.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que tiveram que privar-se da minha companhia, para poder concluir a monografia. Pela ajuda que me deram nos momentos mais difíceis, agradeço por ter vocês na minha vida, obrigado por estarem sempre presentes ao meu lado, incentivando e fazendo com que não pensassem em desistir dos meus sonhos, aos meus irmãos que estiveram ao meu lado, ajudando, apoiando e nunca mediram esforços por essa contribuição, aos meus professores, pois passaram conhecimento para que o trabalho pudesse ser realizado, enfim agradeço a todos aqueles contribuíram para que o trabalho fosse concluído.

Muito obrigado a todos vocês que participaram dessa conquista!

PENSAMENTOS

“Lembre-se que as pessoas podem tirar tudo de você, menos o seu conhecimento”.

(Albert Einstein)

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende”.

(Leonardo da Vinci)

LISTA DE ABREVIATURAS

COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CST:	Código de Situação Tributária
CT-e:	Conhecimento de Transporte eletrônico
DCTF:	<u>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais</u>
DIPJ:	Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica
ECD:	Escrituração Contábil Digital
EFD:	Escrituração Fiscal Digital
EFD-Social:	Escrituração Fiscal Digital Social
e-LALUR:	Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real
ERP:	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FCONT:	Controle Fiscal Contábil de Transição
NF-e:	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e:	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
PAC:	Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
PGD:	Programa Gerador de Declaração
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social
PVA:	Programa Validador e Assinador
RFB:	Receita Federal do Brasil
RTT:	Regime Transitório de Tributação
SIGE:	Sistema Integrado de Gestão Empresarial
SPED:	Sistema Público de Escrituração Digital
TICs:	Tecnologias da Informação e das Comunicações

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1:	Projetos do SPED.....	23
QUADRO 1:	A abrangência do sistema de informação contábil estruturado para contemplar a abordagem gerencial.....	14
QUADRO 2:	Eventos, locais e objetivos discutidos e definidos pelo governo federal.....	15
QUADRO 3:	Estudo Bibliométrico – Artigos mapeados e seus objetivos.....	16
QUADRO 4:	Contribuições e Dificuldades da Pesquisa.....	18
QUADRO 5:	Projetos SPED	24
QUADRO 6:	Benefícios com implantação da NF-e.....	33
QUADRO 7:	Escrituração da Nota Fiscal de Serviços e Nota Fiscal Eletrônica de Serviços	48
QUADRO 8:	Resultados de comparação das vantagens e desvantagens da utilização do SPED.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Apuração do PIS e COFINS da competência do mês de Jan/2013.....	51
TABELA 2	Tipos de insumos conforme natureza dos créditos.....	53

INDICE

II	RESUMO.....	ii
III	AGRADECIMENTOS.....	iii
IV	PENSAMENTOS.....	iv
V	LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
VI	LISTA DE FIGURAS E QUADROS.....	vi
VII	LISTA TABELAS.....	vii
1.	INTRODUÇÃO.....	08
1.1	Objetivos.....	09
1.1.1	Objetivo Geral.....	09
1.1.2	Objetivos Específicos.....	09
1.2	Justificativa.....	09
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	Contabilidade e seus Aspectos Conceituais.....	11
2.1.1	Técnicas da Escrituração Contábil.....	12
2.1.2	Funcionamento do Sistema de Contabilidade.....	13
2.2	Histórico do Sistema Público de Escrituração Digital.....	14
2.2.1	Sistema Público de Escrituração Digital.....	21
2.2.2	Vantagens e Desvantagens do Sistema Público de Escrituração Digital.....	26
2.2.3	Escrituração Contábil Digital.....	27
2.2.4	Escrituração Fiscal Digital.....	30
2.2.5	Nota Fiscal Eletrônica.....	32
2.2.6	Conhecimento de Transporte Eletrônico.....	35
2.2.7	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.....	36
2.2.8	Controle Fiscal Contábil de Transição.....	36
2.2.9	Escrituração Fiscal Digital das Contribuições.....	37
3.	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	39
3.1	Tipo de Pesquisa.....	39
3.1.1	Quanto aos Níveis.....	39
3.1.2	Quanto aos Meios.....	39
3.1.3	Quanto à Abordagem da Pesquisa.....	40

3.2	Coleta de Dados e Informações.....	40
3.3	Tratamento dos Dados e das Informações.....	40
3.4	Limitações do Método.....	41
3.5	Estudo de Caso Aplicado.....	41
4.	ESTUDO DE CASO DA EMPRESA “GAMA”.....	43
4.1	Características da Empresa.....	43
4.1.1	Tipos de Prestação de Serviços.....	44
4.1.2	Localização e Organização.....	44
4.1.3	Colaboradores da Empresa.....	45
4.1.4	Principais Clientes.....	45
4.1.5	Principais Concorrentes.....	45
4.1.6	Aspectos Relacionados à Área de Prestação de Serviços.....	45
4.2	Estrutura Contábil e Fiscal.....	45
4.2.1	Adequação dos Módulos Contábeis.....	46
4.2.2	Sistema Utilizado pela Empresa.....	46
4.2.3	Módulos Contábeis.....	46
4.2.4	Escrituração dos Documentos Fiscais.....	47
4.2.5	Emissão e Escrituração das Notas de Saída.....	47
4.2.6	Escrituração das Notas Fiscais de Entrada.....	47
4.3	Aplicação dos Procedimentos para Apuração dos Tributos.....	49
4.3.1	Itens de Serviço.....	49
4.3.2	Natureza de Operação, Controle dos Créditos e Conferência.....	50
5.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	51
5.1	Ajuste de Utilização dos Créditos Tomados.....	51
5.2	Vantagens e Desvantagens da Utilização do Sistema Público de Escrituração Digital.....	53
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	56
	ANEXOS - RAZAO ANALITICO DA EMPRESA “GAMA”	62

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é um projeto implantado por meio de um acordo nacional das autoridades tributárias, visando integrar os dados dos contribuintes ao fisco municipal, estadual e federal, mediante o compartilhamento das informações contábeis e fiscais. Assim, há uma integração melhor do controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais com a auditoria eletrônica, eliminando informações redundantes dos contribuintes as autoridades tributárias. Esta integração elimina as informações duplicadas que eram encaminhadas em muitas das vezes com duplicação de relatórios e outros documentos solicitados pela legislação tributária para que as empresas cumprissem suas obrigações acessórias.

Hoje, no Brasil, a tributação representa um custo elevado de produção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). “A variedade dos ramos de atividade das empresas existentes no País faz com que haja mais de 170 obrigações acessórias para serem cumpridas por meio da tributação.” (BRITTO, 2008, p. 1). “Existe uma deficiência específica de arrecadação, a qual se denomina sonegação (ou evasão fiscal). Em termos econômicos, o Governo não pode observar o valor real da base tributária do contribuinte, e com isso a sua verdadeira responsabilidade tributária.” (SIQUEIRA, 2005, p.557).

O SPED faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Apresenta a definição de SPED, como: instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Neste sentido, a implantação do SPED trouxe maior agilidade e padronização de documentos com integração das esferas fiscais municipal, estadual e federal para ajustar os entendimentos evitando retrabalho dos profissionais da contabilidade e outros. Assim, surge a pergunta norteadora desta monografia: **quais são as vantagens e desvantagens da empresa prestadora de serviços que adota o regime tributário pelo lucro real, referente à apuração e revisão das contribuições, referente aos créditos tomados pela empresa para escriturar e contabilizar suas transações?**

Desde que o SPED entrou em vigor, todas as forças produtivas do país tiveram que se adequar a um calendário de obrigações para fornecer informações, de modo eletrônico, aos órgãos governamentais de fiscalização, causando uma verdadeira revolução no universo contábil e fiscal das empresas. Além, de todo o treinamento e adaptação para mudar a cultura dos profissionais da contabilidade e outros que foram afetados no processo de transição na implantação do SPED - **Escrituração Fiscal Digital das contribuições** (EFD – contribuições).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Quanto ao objetivo geral tem-se o seguinte: **analisar as vantagens e desvantagens na implantação do SPED – EFD - contribuições para apuração e revisão dos créditos tomados pela empresa para escriturar e contabilizar suas transações.**

1.1.2 Objetivos Específicos

Para viabilizar o objetivo geral é necessário detalhar os objetivos específicos como:

- (a) analisar como foi o processo de implantação do SPED - EFD - contribuições na empresa “Gama”;
- (b) apresentar o SPED – EFD - contribuições para os modelos de escrituração e contabilização das contribuições;
- (c) levantar e explicitar as vantagens e desvantagens da utilização do SPED – EFD - contribuições na empresa estudada;
- (d) apresentar relatório conclusivo do resultado com as informações necessárias para emitir o ajuste final sobre o controle na forma da tomada de crédito das contribuições.

1.2 Justificativa

Para realizar este trabalho destaca-se a justificativa do estudo a seguir. É importante considerar que os projetos envolvidos no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

para demonstrar os benefícios que o SPED – EFD - contribuições deverá trazer ao contribuinte e ao país.

Assim, considera-se que este trabalho irá contribuir para a sociedade por meio de estudo sobre a implantação do SPED - EFD – contribuições, assim como irão demonstrar para empresa a importância da aplicação do SPED – EFD – contribuições e evidenciar a realização profissional pela formação de recursos humanos, aplicando os conhecimentos gerados com este estudo de caso na empresa “Gama”.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta abordagem teórica destacam-se as seguintes seções: contabilidade e seus aspectos conceituais e históricos do Sistema Público de Escrituração Digital.

2.1 Contabilidade e seus Aspectos Conceituais

A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa (RIBEIRO, 2002). A Contabilidade como ciência surgiu pela necessidade humana de classificar e registrar as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber sua dimensão (NUNES, 2006). A Contabilidade é a ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 2006).

A principal finalidade da contabilidade é fornecer informações sobre o Patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa. A grande evolução e a de seus objetivos são o levantamento de informações que eram destinadas aos proprietários, hoje as informações atendem os usuários internos e externos. A tecnologia da informação e comunicação pelo desenvolvimento atual e principalmente com o advento da internet a contabilidade foi aprimorada com seus sistemas de contábeis e de controles integrados de forma instantânea. O principal objetivo da Contabilidade é fornecer informações, de caráter econômico e financeiro, sobre o patrimônio. Não obstante, o governo, por sua vez, identificou, na Contabilidade, um instrumento para exercer o seu papel fiscalizador como forma de tomar conhecimento do gerenciamento das empresas. (RIBEIRO, 2006, p. 19).

2.1.1 Técnicas de Escrituração Contábil

A escrituração como uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial (RIBEIRO (2010)). Os fatos administrativos são acontecimentos que devem ser contabilizados por meio das contas patrimoniais ou das contas de resultado. O próprio Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), em seu Art.1.179, estabelece que todas as empresas são obrigadas a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, conforme documentação correspondente. Na verdade todos os atos e fatos resultantes das decisões, operações e transações da empresa, devem ser registrados em livros próprios, onde fica configurada as movimentações do negócio e própria vida da empresa com os documentos hábeis.

São diversas as maneiras de escriturar os fatos contábeis, porém todos os métodos de escrituração existentes são as variantes de dois métodos: método das partidas simples e método das partidas dobradas (FRANCO, 2006). As inúmeras técnicas utilizadas pela contabilidade, sendo a mais expressiva a escrituração contábil, que consiste no registro em livros próprios (diário, razão, caixa e contas correntes), de todos os fatos administrativos e contábeis, bem como dos atos administrativos relevantes que ocorrem no dia a dia das empresas que podem afetar o patrimônio das empresas.

Os relatórios técnicos como as demonstrações contábeis que apresentam os dados extraídos dos registros contábeis da empresa. Verifica-se a exatidão dos dados contidos nas demonstrações contábeis, por meio de exame minucioso da auditoria interna ou externa, dos registros de contabilidade e dos documentos que deram suporte técnico para os lançamentos. O exame e interpretação dos dados contidos nas demonstrações realizam por meio da análise de balanços, que transforma os dados em informações úteis aos usuários internos e externos da contabilidade (RIBEIRO, 2010).

Quanto aos vários livros utilizados, a quantidade e as espécies variam em função do porte, da forma jurídica e do ramo de atividade da empresa. Assim, destacam-se os principais: livro diário e razão - utilizados para registrar todos os eventos/fatos diários da empresa.

Os livros auxiliares - livro caixa, contas correntes, registro de duplicatas e todos livros fiscais que podem servir de suporte para a escrituração do diário e do razão. Neste sentido, a

Contabilidade vem passando por várias mudanças e uma delas é o Sistema Público de Escrituração Digital, mais conhecido por sua sigla SPED; começou a ser desenvolvido no Governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 21 de julho de 2000, na Lei nº 9.989/00, que institui o Plano Plurianual (PPA 2000-2003), o qual contemplava o Programa de Modernização das Administrações Tributárias e Aduaneiras. Para Francisco et al., (2008, p.6) este programa “visava preparar para implantar processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística”.

2.1.2 Funcionamento do Sistema de Contabilidade

As organizações estão sujeitas a escrituração contábil, independente do porte, por meio do sistema de contabilização, em que os gestores podem obter as informações da real situação dos seus negócios. Nesta perspectiva, verificam qual a sua rentabilidade e o seu grau de endividamento. Assim como manter o controle de seus custos, despesas e receitas.

Para Iudícibus (2009, p.7): “O sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes”. Portanto, o sistema de contabilidade transforma os dados em informações, com base nos registros que precisão evidenciar a transparência e a real situação operacional da gestão da empresa e auxiliando no processo de tomada de decisão com informações fidedignas.

Esta ferramenta serve de instrumento para gestão empresarial, que se desenvolve no processo de aperfeiçoamento contínuo para auxiliar e orientar os gestores na tomada de decisão. Portanto, verifica-se que o objetivo de contabilidade, aliada as Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) contribui de forma decisiva para melhorar a prestação de serviços na área contábil.

O atual estágio da tecnologia da informação e comunicação permite a construção de sistemas de informação que integram totalmente todos os seus subsistemas. Essa solução é denominada de Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SIGE), mais conhecida pela sigla ERP, que são as iniciais do seu nome inglês *Enterprise Resource Planning*. O sistema de contabilidade, com os seus subsistemas, deve estar totalmente integrado ao SIGE/ERP. Cada subsistema contábil tem um

tipo de integração com um ou mais subsistemas operacionais, bem como com outro subsistema contábil (PADOVEZE, 2012, p. 23-24).

Quadro 1 – A abrangência do sistema de informação contábil estruturado para contemplar a abordagem gerencial.

Sistemas de informação contábil		
Área legal / fiscal	Área de análise	Área gerencial
Contabilidade Gerencial	Análise de Balanço	Orçamento e projeções
Correção monetária integral	Análise de fluxo de caixa	Custos preços de venda
Contabilidade em outras moedas	Gestão tributária	Contabilidade por responsabilidade
Consolidação de balanços		Centro de lucros e unidade de negócios
Valorização de inventários		Acompanhamento do negócio
Controle Patrimonial		Gestão de riscos

Fonte: Padoveze (2012, p. 25).

Na oportunidade, representantes das entidades contábeis apontaram escassez de pessoal capacitado para operacionalizar a nova sistemática de lançamentos. Uma vez que, apesar de as empresas contábeis darem todo suporte de implantação ao novo sistema, a responsabilidade da geração de arquivos corretos, dentro das exigências definidas pelo SPED é das próprias empresas.

2.2 Histórico do Sistema Público de Escrituração Digital

O surgimento do governo eletrônico foi usado pela primeira vez em 1999, nos Estados Unidos pelo vice-presidente Al Gore, indicava a possibilidade dos órgãos governamentais se utilizarem tecnologia da informação e comunicação (TIC) para apoiar e melhorar os serviços públicos disponibilizados a sociedade. Para tanto, o Governo Eletrônico foi criado para integrar os Governos, as empresas e os cidadãos por meio das tecnologias disponíveis (CHEN *et al.*, 2006).

Ao longo dos últimos anos, Sepulveda *et al.*, (2006, p.17) “a implantação deste novo sistema em vários Países tem sido reconhecimento nacional e internacionalmente pelos

benefícios positivos que apresenta”. De acordo com esses autores, existe uma série de estudos internacionais que colocam, por exemplo, o Chile no primeiro lugar em relação ao desenvolvimento do Governo Eletrônico em todo o mundo. Desse modo o Chile foi um dos primeiros países da América Latina a implantar em seu Governo o sistema de validação dos documentos eletrônicos por meio de certificações digitais. Verifica-se que em março de 2002, foi promulgada a Lei nº 19.799/2002, no Chile tratando os Documentos Eletrônicos, Assinaturas Eletrônicas e Certificações de Serviços das empresas.

No Governo do Brasil, observa-se que estas mudanças têm empenhado recursos de toda ordem para melhorar seus serviços fornecendo por meio da tecnologia da informação e comunicação novos sistemas de relacionamento com os contribuintes e sociedade (FERRER e SANTOS, 2004). Na perspectiva mundial, a idéia do Governo Eletrônico se assemelha pela metodologia de integração em todas as esferas de governos. Para Britto (2008, p.1), “esta sendo iniciada uma nova era regida pela tecnologia da informação, que fará parte do cotidiano dos empresários, de advogados, contadores e demais profissionais: rotinas de transmissão de dados com assinatura digital, manipulação de arquivos eletrônicos, etc.”

Nas abordagens das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para atuarem de forma integrada, inclusive, com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais foram aprovadas por meio da Emenda Constitucional nº 42, em 19 de dezembro de 2003, que introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal. Neste contexto, foram realizados diversos eventos para unificar o entendimento da integração do SPED, com encontro Nacional de Administradores Tributários, reunindo diversos atores da área: Secretário da Receita Federal, Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais dos Estados da Federação.

O Quadro 2, a seguir destaca os eventos, locais e objetivos discutidos e definidos pelo governo federal:

Eventos	Local/data	Objetivos discutidos e definidos pelo governo
I ENAT	Salvador, 07/2004.	Buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo para promover integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional; maior eficácia da fiscalização; possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga

		escala com dados padronizados e uniformizados. Protocolos de Cooperação Técnica para a construção de um cadastro sincronizado para atender os interesses das administrações tributárias da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, outro de caráter geral, que viabilize o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendam os interesses dos entes Públicos.
I ENAT	São Paulo 08/2008	Dar efetividade aos trabalhos de intercâmbio entre os órgãos públicos, foram assinados os protocolos de cooperação nº 02 e nº 03, para desenvolver e implantar o SPED e a NF-e. E o projeto de modernização da administração tributária e aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística.
PAC	22/01/2007 a 2010	Anuncia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem por objetivo desenvolver e promover a aceleração do crescimento econômico no país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, pois este contido no tópico referente ao aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional. Destina-se a remover obstáculos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico, pretende-se que o SPED possa proporcionar melhor ambiente de negócios para o País e a redução do Custo Brasil, promovendo a modernização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral, ao contrário do pragmatismo pela busca de resultados, muito comum nos projetos que têm como finalidade apenas o incremento da arrecadação.

Quadro 2:- Eventos, locais e objetivos discutidos e definidos pelo governo federal.

Fonte: BRASIL – Site da Receita Federal do Brasil (2012).

Nesse sentido, verificou-se em pesquisa realizada no Brasil - Florianópolis para fundamentar estudo sobre o SPED, sendo selecionados e mapeados 6 (seis) artigos, após análise do estudo bibliográfico realizado por (PIRES 2010).

Estes trabalhos foram propostos para investigar a percepção dos profissionais, que atuam na área contábil, do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e sua influência na formação profissional. Assim, verificou-se a originalidade destes estudos para dar uma visão geral do tema proposto. No Quadro 3, a seguir pode-se visualizar o evento, ano, título, autores e objetivo dos seis estudos mapeados.

Evento	Ano	Título	Autores	Objetivo do Artigo
ENANPAD	2008	Proposta de um Framework para apoio à adoção da NF eletrônica	Milca S. Martins, Edimara M Luciano, Mauricio G Testa.	Propor um <i>framework</i> para a adoção da NF-E, que abranja os mecanismos componentes e intervenientes da adoção. A questão de pesquisa que este trabalho pretende responder é: quais são e como se relacionam os mecanismos componentes e intervenientes da adoção da NF-e?
Congresso Brasileiro de Contabilidade	2008	Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica - NF-E.	Sidinei Aparecido Pereira, Rosilene Locks, Duilo Souza Matos, Gleimíria Batista da Costa.	Identificar as percepções dos contribuintes acerca dos benefícios apontados pelo projeto conceitual da NF-E implantado pelo Governo do Estado de Rondônia. Além disso, buscará alcançar, ainda, os seguintes objetivos específicos: a) conhecer os conceitos a respeito do assunto através da exploração do referencial teórico; b) examinar o processo de implantação da NF-E no Estado de Rondônia.
Congresso Brasileiro de Contabilidade	2008	NF eletrônica: projeto nacional e a iniciativa municipal de São Paulo – uma Análise comparativa	Wolney Resende de Oliveira, Diulie Fernandes Maia.	Fazer a contextualização do projeto, procurando promover o entendimento do que efetivamente, a NF-E significa e representa e como ela surgiu, incluindo uma correlação entre NF-E/Certificação Digital, entre outras tecnologias envolvidas.
Congresso UFSC de Controladoria e Finanças	2008	Os impactos da implantação do SPED na gestão das micro e pequenas empresas	Suzana Francisco, Suelen Haidar Ronchi, Pedro José Von Mecheln.	Verificar como a informatização do sistema tributário nacional irá refletir na gestão das micro e pequenas empresas.
Congresso	2009	Compatibilizar das	Blênio César	Analisar, de forma objetiva,

UFSC de Controladoria e Finanças		demonstrações contábeis de acordo c/ o modelo governamental – proposta de adaptação à ECD.	Severo Peixe, Carlos Emílio Felsky.	a implantação do sistema público de escrituração digital do governo, verificando em que este sistema contribui para uma tributação mais justa.
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2009	SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho - SC	Marciane Maria Mahle, Alex Fabiano Bertollo Santana.	Verificar o nível de percepção para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nos escritórios de contabilidade de Pinhalzinho - SC

Quadro 3: Estudo Bibliométrico – artigos mapeados e seus objetivos.

Fonte: PIRES (2010).

Para Koettker que cita pesquisa realizada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, em 2011:

[...] mostrou que o Brasil é bicampeão na burocracia dos impostos para as empresas. Essa pesquisa avalia três pontos principais: o custo de todos os impostos e contribuições, o número de vezes que são recolhidos no ano e o tempo para dar conta de tudo. As empresas brasileiras gastam R\$ 43 bilhões por ano só para manter funcionários e equipamentos para atender a burocracia dos impostos. Por estas razões o contador tem sido cada vez mais valorizado pelo árduo trabalho a ser exercido dentro das organizações. Juntamente, o sistema de arrecadação tributária e a geração de informações gerenciais tem evoluído, como o SPED, tentando facilitar a vida do contribuinte e dos órgãos fiscalizadores. Porém, este pódio não é positivo, pois só nos mostra o quanto tempos ainda há para evoluir nos controles dos processos e nos objetivos firmados na criação do SPED, que seria em resumo: racionalizar, modernizar e facilitar (KOETTKER, 2011, p.34).

Acrescenta Koettker (2011, p.34) que “contribuições e dificuldades resultado da pesquisa num comparativo das publicações de artigos encontrados na pesquisa sistematizada e as respostas colhidas em entrevista com o servidor responsável pela implantação do SPED na Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina”. No Quadro 4, contribuições e dificuldades da pesquisa.

Autores / Ano	Título	Divergência e Similaridade	Contribuições ou Dificuldades da pesquisa realizada
Bisato e Linke (2008)	Os novos Procedimentos contábeis apresentados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	O artigo aponta os três Subprojetos do SPED aplicando questionários nas empresas, sendo útil na parte inicial do referencial teórico.	Maiores barreiras para o contribuinte é a insegurança, para o Fisco é a rejeição por parte dos contribuintes e para o profissional contábil é o investimentos em Infraestrutura.
Cleto (2006)	Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - Revolução digital no meio empresarial e contábil	Não se trata de um artigo científico, aborda aspectos da implantação da NF-e e algumas dificuldades encontradas.	Burocracia no atual modelo tributário havendo perda de tempo. E dificuldades nas mudanças de paradigmas, como acumular papéis.
Faria <i>et al.</i> (2010)	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos Contribuintes em Relação os impactos da adoção do SPED	O artigo expõe o Governo Eletrônico comparando o Brasil com o Chile. E aborda a respeito do SPED, dado uma síntese de todos os subprojetos.	Não reduziu de tempo de emissão da NF-e, não aumentou a agilidade e produtividade no recebimento e não reduziu na aquisição de papéis. Redução de custo razoável. Benefícios no futuro.
Francisco, Ronchi e Mecheln (2008)	Os impactos da Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão das micro e pequenas empresas	Teorização do SPED Completa e de grande valia. Dando enfoque a pontos positivos e mudanças que ocasionaram nas empresas.	Custo alto para contratação de profissional especializado e implantação de Software em empresas de poucas movimentações. Fechamento de muitas micros e pequenas empresas

			por falta de adequação.
Mahle e Santana (2009)	Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC.	Fala sobre os três subprojetos e caracteriza algumas vantagens, porém focado aos escritórios de contabilidade. Bastante amplo na parte da Escrituração Fiscal Digital.	Contadores dos escritórios descredenciados no preparo dos clientes para o SPED e sugerem mais treinamentos e cursos para sua preparação.
Martins, Luciano e Testa (2008)	Proposta de um Framework para apoio à adoção da nota fiscal eletrônica	O artigo trata apenas a NF-e evidenciando que na implantação não se trata de um processo simples quando posto em prática e através dos resultados, traz algumas vantagens e desvantagens.	Dificuldades na integração e mudanças de processos internos da empresa, como adaptar os sistemas de gestão de TI as suas necessidades. Dificuldades culturais e investimentos altos.
Oliveira e Maia (2008)	Nota Fiscal Eletrônica: Projeto Nacional e a iniciativa municipal de São Paulo - Uma análise comparativa	Centraliza mais na parte da NF-e, sendo útil na abordagem dos riscos e desvantagens no questionamento com o entrevistado.	Custo/Investimento Inicial grande; Guerra Fiscal entre Estados aumentada; Outras janelas de sonegação; Volume grande de informações para auditorias fiscais; Número reduzido de Peritos especializados.
Peixe e Felsky (2009)	Compatibilizar as Demonstrações Contábeis de acordo com o modelo governamental – Proposta de adaptação à Escrituração Contábil Digital	Foca-se no SPED Contábil e na Certificação Digital. Interessante na parte da evolução por falar do contador antes e depois.	Aponta aprofundamento maior nos subprojetos a medida que vai expandindo e sendo adaptado. E que aumente a transparência dos órgãos de tributação, arrecadação e fiscalização.
Pereira <i>et al.</i> (2008)	Governança eletrônica na Administração	Foca-se mais na NF-e, Utilizado casos práticos de lojistas ao emitir as	Benefícios de diminuição de custos apenas virão no

	Públi- ca: Estudo de caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica - NFe	notas e trazendo os benefícios para as adminis-trações tributárias.	futuro. E desemprego com a automação dos processos. Falhas de comunicação no suporte.
Santos (2009)	SPED - O enfoque na Escrituração Contábil Digital.	Artigo sintetizado, porém de grande valia na introdução e na certificação digital.	Esta tecnologia deve ser usada com responsabili-dade, permitindo uma relação mais transparente entre fisco e contribuinte.
Santos, Müller e Casagrande (2011)	NF-e – Nota Fiscal Eletrônica: percepção dos contribuintes enqua- drados na atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, estabelecidos no município de Florianópolis	Aponta bastante a respeito da NF-e entrevistando empresas, captando seus perfis, pontos positivos e negativos quanto a percepção de sua implantação.	Mudanças na estrutura da empresa após a implan-tação da NF-e e agilidade na realização das opera- ções. Resultados satisfa-tórios em termos de redução de custos de impressão e aquisição de papel.
Sebold, Pioner e Pioner (2011)	Novos rumos na Conta- bilidade Pública Brasi- leira: do governo Eletro- nico ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	Aborda a respeito do governo eletrônico e seus três atores, e uma boa síntese do SPED. Aponta benefícios da Certifi- cação digital para os contri- buintes.	A Administração Tribu-tária possui alto grau de Descentraliza- ção fiscal, devendo ser mais efetiva e eficiente nos controles, porém, ainda em transição a contabilidade com a vinda do SPED.

No Quadro 4, contribuições e dificuldades da pesquisa.

Fonte: Adaptado de Koettker (2011, p.35-36).

2.2.1 Sistema Público de Escrituração Digital

A implantação do SPED, os contribuintes passarão as informações para cada um dos órgãos interessados por meio de um sistema digital *online*. Uma série de leis, portarias e convênios foram editados pelas Administrações Federais e Estaduais, visando suportar as alterações necessárias para que o SPED passe a vigorar efetivamente (YOUNG, 2009).

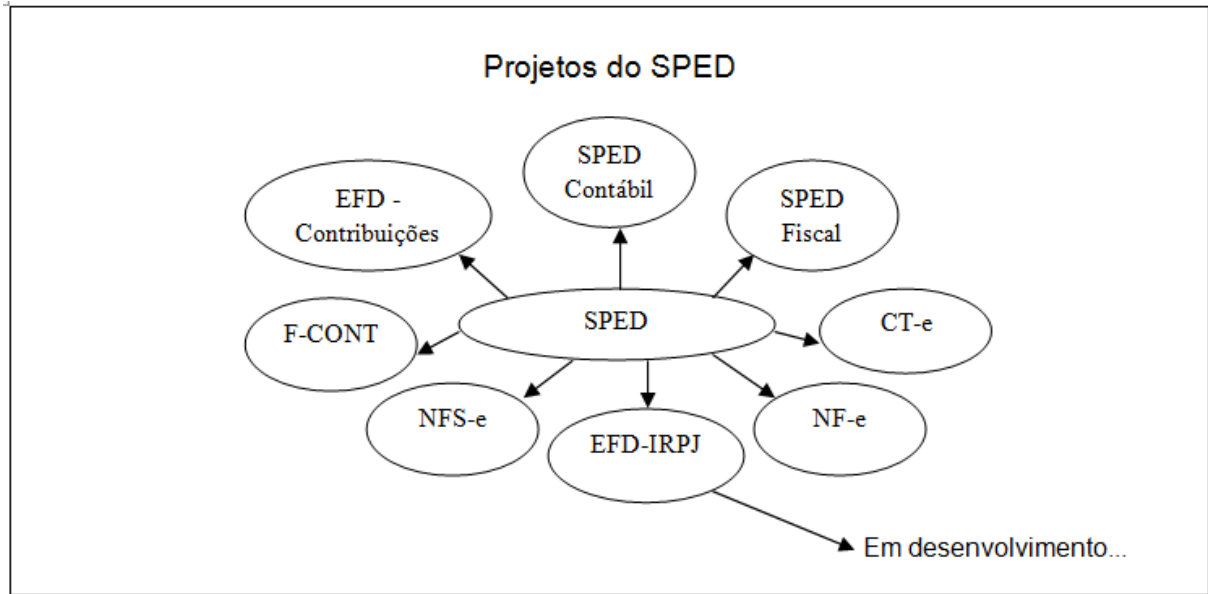
O SPED foi instituído por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, publicado no Diário Oficial em edição extra, definindo SPED como: (...) instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. Esta implantação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal implantado pela Receita Federal no ano de 2007, constituindo em um avanço na informatização da relação entre fisco e contribuinte, como se constatou em pesquisas de Duarte (2009), Mahle e Santana (2009), Peixe e Felsky (2009), Santos (2009), Sebold et al., (2011). Destacam que o Brasil está entre os países em:

Desenvolvimento líder em Governo Eletrônico; essa mobilização desenvolve-se em nível mundial e há várias experiências que comprovam que, com adaptações poderiam ser utilizadas no Brasil com sucesso. Dentre os países que dispõem de legislação, estão os países como a Argentina, Chile, México, Costa Rica, Colômbia e Austrália, além dos países da União Européia, em função da adoção da Diretiva 115/2001 (Chahin et al., 2004, p. 3).

O objetivo do SPED é promover a integração dos fiscos, mediante a padronização, integração e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitando as restrições legais. Para racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, estabelecendo a transmissão única e distinta das obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores. Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, melhorando o controle dos processos, rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica de dados (MAHLE e SANTANA, 2009; PEIXE e FELSKY, 2009; SANTOS, 2009; SEBOLD, PIONER e PIONER, 2011; BRASIL-RFB, SÍTIO SPED 2013). Acrescenta, ainda, Cleto e Oliveira (2010) que (...) a integração e o compartilhamento de informações têm o objetivo de racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo-se custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, fortalecendo o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias.

Neste sentido, apresentam-se os projetos do SPED na Figura 1:

Figural1: Projetos do SPED com base nas informações do Sítio do SPED - RFB.



Fonte: Adaptado das autoras KRÜGER et al., (2012, p.7)

O sistema foi concebido e desenvolvido com o intuito de uniformizar e substituir os livros contábeis e fiscais, por processos apoiados a sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística propiciando a entrega única do que hoje é feito em várias obrigações acessórias, facilitando o trabalho dos profissionais de contabilidade nesses cumprimentos das obrigações acessórias. Progressivamente, o projeto tem a pretensão de abranger todas as empresas do país, envolvendo toda a corporação na capacitação e treinamento dos colaboradores objetivando as informações requeridas pela nova legislação em vigor (FARIA et al., 2010).

O SPED é uma iniciativa das administrações tributárias das três esferas de governo [União, Estados e Distrito Federal, e Municípios] em parceria com outras instituições, com a finalidade de estabelecer um novo tipo de relacionamento entre governo e sociedade, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a nação Brasileira. Trata-se de uma ferramenta criada pelo governo federal com o intuito de inibir ações criminosas contra o fisco nacional compartilhando as informações entre o fisco e os contribuintes, fazendo as empresas gerenciarem suas rotinas de forma mais severas e confiáveis para a tomada de decisão (Pereira *et al.*, 2008, p. 6).

Nesse sentido, Sebold et al., (2011, p.7) as empresas e contribuintes atenderem às novas regras, terão que adequar suas atuais estruturas sob todos os aspectos, desde o ambiente

físico e as tecnologias necessárias, até a capacitação de seus colaboradores, como exige o novo cenário”. Destaca Faria *et al.*, (2010, p.3), que “irá promover um impacto significativo nas empresas, as quais terão que atualizar seus sistemas existentes para atender os *layouts* definidos pelo SPED”. O SPED iniciou com três grandes subprojetos (BISATO e LINKE, 2008; FRANCISCO *et al.*, 2008; OLIVEIRA e MAIA, 2008; PEREIRA *et al.*, 2008; SANTOS, 2009), os quais serão abordados, que são: escrituração contábil digital, escrituração fiscal digital; e nota fiscal eletrônica.

As escriturações comerciais e fiscais exigidas pelo SPED aos empresários e às sociedades empresárias são o livro diário e seus auxiliares, o livro razão e seus auxiliares, os livros balancetes, balanços e fichas de lançamentos comprobatórios - para os registros contábeis; registro de entradas e saídas, registro de inventário, registro de apuração do ICMS e IPI - para os registros fiscais. Atualmente, há outros subprojetos já implantados como a Escrituração Fiscal Digital da Cofins e do PIS/Pasep EFD-Contribuições, o Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e) e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); e também projetos que estão em desenvolvimento, tais como, e-Lalur, Central de Balanços, e a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas (EFD- Social).

Projeto	Descrição
SPED Contábil (ECD)	É a obrigatoriedade de transmitir em versão digital os livros: I – Diário e Auxiliares quando houver; II – Razão e Auxiliares se houver; III – Balancetes diários, Balanço e fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles transcritos.
SPED Fiscal (EFD)	É a escrituração fiscal digital, um arquivo que constitui-se de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil; assim como os registros de apuração de impostos referente às apurações e prestações praticados pelo contribuinte via <i>internet</i> ao ambiente SPED.
Conhecimento De Transporte Eletrônico.	É um novo modelo de documento fiscal eletrônico, tem como finalidade documentar uma prestação de serviços de transportes, a veracidade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária.
NF-e	É o instituto de fiscalização tributária que substitui a nota fiscal impressa. Documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes.
FCONT	É a escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em

	31/12/2007.
NFS-e	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica está sendo desenvolvida de forma integrada pela Receita Federal do Brasil e Associação Brasileira das Secretárias de Finanças das Capitais. É um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente, para documentar as operações de prestação de serviços.
EFD-PIS/ COFINS	É o arquivo digital instituído no SPED, utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração contábil para PIS/PASEP e do Cofins, nos regimes não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

Quadro 5: Projetos SPED

Fonte: Adaptado de BRASIL- RFB, 2012

A modernização com a implantação do SPED consiste em sistematizar o cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às unidades tributárias dos órgãos fiscalizadores nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Utiliza-se a certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, dando agilidade e garantindo a validade jurídica formal digital das transações registradas pelas empresas.

Verifica-se, também que existem estudos de projetos para implantar o livro eletrônico de apuração do lucro real (E-LALUR) – o objetivo do sistema é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Lalur e na DIPJ; escrituração fiscal digital social (EFD-Social) - projeto esta em fase de estudos na RFB e nos demais entes públicos, tendo como objetivo abranger a escrituração da folha de pagamento e em uma segunda fase o livro de registros de empregados; e o central balanço brasileira - é um projeto integrante do SPED, em fase inicial de desenvolvimento, que deverá reunir demonstrativos contábeis e uma série de informações econômico-financeiras públicas das empresas envolvidas no projeto, gerando estatísticas nacionais e internacionais por setor econômico (BRASIL-RFB, 2013).

Estes projetos vêm sendo desenvolvidos mediante parcerias com várias instituições privadas, entre órgãos públicos, conselho de classe, associações e entidades civis, na construção conjunta. Além, de protocolos de cooperação com empresas do setor privado para desenvolver, ajustar e disciplinar trabalhos em parcerias conjuntas. Esta parceria fisco-empresa para elaborar o planejamento e identificar soluções proativas no cumprimento das obrigações acessórias exigidas pelo sistema de gestão tributária. Esta política implantada por meio do SPED estabelece um relacionamento baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade (BRASIL-RFB, 2013).

O acesso à escrituração não está disponível para o contribuinte, embora, seja possível ter muitas informações disponíveis para uma relação de empresa que fizeram as declarações, que gera redução no tempo para RFB, na execução de pesquisa sobre o que foi declarado pelos contribuintes, possibilitando fazer o cruzamento dos dados no processo de fiscalização da auditoria fiscal. Neste contexto, tem-se o universo de atuação: SPED – Contábil, FCont, Sped – Fiscal, EFD-Contribuições, NF-e – Ambiente Nacional, NFS-e, CT-e, Central de balanços, e-LALUR e EFD-Social (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

O SPED pode ser definido como um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações (DINIS, 2009). Acrescenta, ainda, que esse sistema irá propiciar benefícios aos contribuintes, tais como: a simplificação das obrigações acessórias; eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; redução de erros de escrituração que podem levar ao pagamento de multas; a redução de custos com impressão, aquisição de papel e formulários, e armazenamento de documentos, contribuindo para o impacto ambiental favorável.

2.2.2 Vantagens e Desvantagens do Sistema Público de Escrituração Digital

O grande desafio das autoridades fiscais é facilitar a vida dos mesmos e aumentar a “presença fiscal” em um País com mais de 15 milhões de empresas, sendo elas formais e informais. A solução para isso é utilizar-se de tecnologia da informação e conhecimento científico para criar a inteligência fiscal, capaz de realizar operações em larga escala (DUARTE, 2009).

O SPED determina mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo benefícios para os contribuintes e as administrações tributárias. Porém, muitos dos benefícios que as empresas podem desfrutar dependem da automatização dos processos existentes nas empresas, propiciando um maior controle de custos financeiros e logísticos das empresas. Por isso, somente com o tempo e a renovação tecnológica, as empresas passam a aferir melhor os reais ganhos resultantes do projeto SPED (AZEVEDO e MARIANO, 2009, p. 77).

Os benefícios do SPED são: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; eliminação do papel; redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas; redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas; redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte; simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação); fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias; rapidez no acesso às informações; aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos; possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão; redução de custos administrativos; melhoria da qualidade da informação; possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais; disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes; redução do custo Brasil; aperfeiçoamento do combate à sonegação; preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel (BRASIL-RFB, SÍTIO SPED, 2013).

2.2.3 Escrituração Contábil Digital

Por meio da Instrução Normativa RFB nº 777/2007, foi instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários. De acordo com a norma, a ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

O que é o (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, correspondem à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: livro diário e seus auxiliares se houver; livro razão e seus auxiliares se houver; livro, balancetes, diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. Os livros contábeis serão emitidos em forma eletrônica e passarão a ser assinados digitalmente, utilizando-se de

certificado de segurança estabelecida por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil).

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 787/07, estão obrigados a adotar a ECD: em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria da RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007; as empresas sujeitas a tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009; e as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, a partir do ano-calendário 2009, estão obrigadas ao SPED Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. As outras empresas que não são tributadas pelo lucro real a aplicação da ECD é facultativa. As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

As regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a sociedade empresária teve ou não movimento no período. Sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias (como apresentação de DCTF e DIPJ), entre outras (BRASIL-RFB, 2007).

Todas as informações sobre o acesso à ECD pelos órgãos e entidades de que trata o art. 7º ficará disponível para a pessoa jurídica titular da ECD, em área específica no ambiente nacional do SPED, com acesso mediante certificado digital. A não apresentação da ECD no prazo fixado no art. 5º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração.

A edição das normas complementares a esta Instrução Normativa, em especial: as regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos; as tabelas de código internas ao SPED, referenciadas no Manual de que trata o art. 11; e as fichas de lançamento de que trata o inciso III do art. 2º, ficarão a cargo da Coordenação-Geral de Fiscalização (COFIS). O Ministério da Fazenda dispõe de uma lista de instituições, empresas e outras entidades que já utilizam a ECD e estão participando do SPED, de acordo com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais – ABRASF; Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Conselho Federal de Contabilidade –

CFC, Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais – ENCAT, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Receita Previdenciária, Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As empresas que participam são as seguintes: Ambev, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Cervejarias Kaiser Brasil S.A. – FEMSA, Cia. Ultragas S.A., Disal - Administradora de Consórcios Ltda - Grupo Assobrav, Eurofarma Laboratórios Ltda, FIAT Automóveis S.A, General Motors do Brasil Ltda, Gerdau Aços Longos S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Pirelli Pneus S/A, Redecard S.A., Robert Bosch, Sadia S/A, Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, Siemens Vdo Automotive Ltda, Souza Cruz S.A, Telefônica - Telecomunicações de São Paulo S.A., Toyota do Brasil Ltda, Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., Empresa VarigLog - Varig Logística S/A, Volkswagen do Brasil Ltda e Wickbold e Nosso Pão Indústrias Alimentícias Ltda (BRASIL-RFB, 2007).

Outras entidades: ABBC - Associação Brasileira de Bancos, Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos automotores, ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, CFC - Conselho Federal de Contabilidade, FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, Fenacon - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, FENAINFO – Federação Nacional das Empresas de Serviços Técnicos de Informática e Similares e Junta Comercial do Estado de MG(BRASIL-RFB, 2007).

A instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 787/2007 (disponível no menu legislação). A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único. Devido às peculiaridades das diversas legislações que tratam da matéria, este arquivo pode ser tratado pelos sinônimos: Livro Diário Digital - LDD, Escrituração Contábil Digital – ECD, ou Escrituração Contábil em forma eletrônica – EC-e.

Para Mahle e Santana (2009, p. 81) “As informações transmitidas e disponíveis no ambiente nacional do SPED serão compartilhadas com os órgãos e entidades das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observando o

estabelecido no Decreto 6.022 de 2007, garantindo total integridade do sigilo bancário, fiscal e comercial da empresa”.

2.2.4 Escrituração Fiscal Digital

As informações que hoje são apresentadas individualmente para vários órgãos estarão unificadas em um único banco de dados, o que facilitará a apresentação das obrigações, que por sua vez ocorrerá uma única vez, até o 10º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto (BISATO e LINKE, 2008; FRANCISCO et al., 2008; OLIVEIRA e MAIA, 2008; PEREIRA *et al.*, 2008; SANTOS, 2009). No Brasil, a autonomia tributária tem gerado multiplicidade de rotinas de trabalho, burocracia, baixo grau de troca de informações e falta de compatibilidade entre dados econômico-fiscais dos contribuintes (BISATO e LINKE, 2008; FRANCISCO et al., 2008; OLIVEIRA e MAIA, 2008; PEREIRA *et al.*, 2008; SANTOS, 2009).

Para Zanini (2010) o projeto instituído pelo governo terá grande relevância para os negócios das empresas este ano, proporcionando benefícios tais como: transparência nas operações comerciais, padronização das informações, agilidade nos processos junto ao fisco e redução da concorrência desleal. Por meio do projeto SPED, o governo está modernizando a transmissão das informações tributárias empresariais ao órgão fiscalizador. Essa evolução vai trazer transparência e maior controle entre as contribuições devidas. O executivo destaca com a implementação do SPED, a fiscalização se tornará mais assertiva e as empresas brasileiras ficarão mais parecidas com as companhias de países desenvolvidos. “O resultado é menos sonegação, tornando a economia mais justa e competitiva”. Ao destacar que o projeto representa uma verdadeira mudança de paradigma, o executivo diz que a perspectiva é de que contribuirá também para reduzir a burocracia do governo e quem sabe, até reduza a carga tributária. A meta do governo é que nos próximos dois anos todas as empresas que operam no mercado brasileiro tenham sua documentação fiscal e contábil no modelo eletrônico. Esse movimento exigirá dos contribuintes o uso de ferramentas para permitir a adequação ou a adaptação dos recursos disponíveis às exigências do fisco. O desafio dos fornecedores é de prover solução de fácil implementação, preparadas para as atualizações de inteligência fiscal e eletrônica, e com garantias de sustentabilidade financeira em longo prazo.

Os arquivos serão unificados em uma base de dados, que podem ser compartilhados pelo fisco e órgãos fiscalizadores. O Governo Federal, os Estados, Municípios e as instituições autorizadas poderão acessar diretamente o sistema, obtendo as informações desejadas (BRASIL, 2009). Nessa linha de pesquisa, verifica-se que no mesmo período de implantação houve estudos semelhantes sobre o tema no Chile e México, tendo por base o início de implantação do sistema (SEPULVEDA et al., 2006).

Utiliza certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo veracidade jurídica na forma digital.

Dentre as premissas definidas podem-se listar as seguintes: (1) propiciar melhor ambiente de negócios para benefícios empresas no País; (2) eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas; (3) documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins; (4) utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil; (5) promover o compartilhamento de informações; (6) criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica; (7) manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte; (8) redução de custos para o contribuinte; (9) mínima interferência no ambiente do contribuinte; (9) disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

A Escrituração Fiscal Digital é um arquivo digital, que se constitui um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos às operações e prestações praticas pelo contribuinte (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

A partir de um arquivo da base de dados que a empresa irá fornecer, serão reunidas informações do período determinado pelo contribuinte para apuração de impostos ICMS, IPI. Estas informações serão importadas, validadas e enviadas pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED. Gerada e enviada às informações, serão confrontados os valores recolhidos pelo contribuinte e informados na declaração, aos fiscos dos âmbitos federais e estaduais.

Está escrituração deve ser assinada digitalmente pelo responsável do envio. E enviada mensalmente para o fisco.

2.2.5 Nota Fiscal Eletrônica

Os países da União Européia utilizam programas referentes à utilização da NF-E, desde 01/01/2004, está legalizada a emissão de notas fiscais eletrônicas (faturas eletrônicas). Os países da América do Sul como, a Argentina e o Chile já possuem projetos de implantação da Nota Fiscal Eletrônica (CÂMARA DE COMÉRCIO DE SANTIAGO, 2006). Assim, o objetivo é simplificar as obrigações que vem ao encontro de inovações tecnológicas que estão surgindo com as obrigações acessórias dos contribuintes permitindo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo fisco.

O sistema tributário no Brasil apresenta a um das maiores complexidade do mundo, conforme definição de diversos especialistas. O país tem mais de 62 tributos, considerando os impostos, taxas e contribuições. Verifica-se que as normas tributárias dificultam acompanhamento pelos contribuintes, que na maioria das vezes, pouco conhecem quais os são tributos devidos, fator gerador, base de cálculo e alíquota incidente. Portanto, a situação fica agravada porque cada tributo possui legislação específica, na esfera federal, estadual e municipal. Para Muller et al., (2007), o recebimento fiscal está sujeito a erros humanos, causados pela falta de conhecimento e entendimento das leis, medidas, decretos, regulamentos e normas do sistema tributário brasileiro. Para mudar esta realidade, surgiu a Nota Fiscal Eletrônica, instituída pelo Anexo 11 da Regulamentação do ICMS para ser utilizada por contribuintes do ICMS e do IPI, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, a qual estão-se habituados a visualizar em talões contínuos impressos em gráficos. A NF-e não se destina a substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes, como, a modelo 2 ou o cupom fiscal, conforme dados das pesquisas de Martins et al., (2008), Oliveira e Maia (2008), Santos, Müller e Casagrande (2011), e Young (2009).

O objetivo principal do subprojeto é padronizar o documento fiscal eletrônico no âmbito nacional, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes ao mesmo tempo em que permite um controle em tempo real das operações comerciais pelo fisco.

Será um documento exclusivamente digital, emitido antes da ocorrência do fato gerador e armazenado eletronicamente para documentar operações de venda e prestação de serviço ocorrida entre as partes. De acordo com Young (2009, p. 4), “No Brasil, estima-se que são emitidos mais de 100 milhões de notas fiscais por mês. Destas, 60 milhões só no Estado

de São Paulo”. Com esse dado é possível medir o impacto positivo, agilidade e economia que se alcançará nos processos de negócios com a adoção da Nota Fiscal Eletrônica.

Neste sentido, o projeto de implantação da NF-E, aprovado em 2004 contribui para substituir o modelo tradicional. O Projeto de NF-E brasileiro consiste na alteração da sistemática atual de emissão de nota fiscal em papel, modelos 1 e 1ª, por nota fiscal eletrônica (digital). Estes modelos, emitidos por empresas comerciais ou industriais, servem para as entradas ou saídas de mercadorias. Ambos apresentam campos, padronizados em todo país, que identificam as informações referentes à circulação das mercadorias sujeitas aos impostos IPI e ICMS. Conceitualmente, a NF-E pode-se definir como uma denominação genérica que se refere ao uso de arquivos eletrônicos com suporte às notas fiscais e digital, emitido e armazenado eletronicamente, para documentar as transações de operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço ocorrida entre as partes, cuja validade jurídica com garantia de assinatura digital do emitente e recepção pelo fisco. As administrações tributárias estão se adaptando ao processo de globalização, digitalização do comércio e das transações entre contribuintes. Assim, reforça a tendência pelo volume de transações e de recursos econômicos movimentados em crescente escala, na proporção em que aumenta o custo do Estado para detectar e prevenir a evasão tributária (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2013). A NF-e apresenta diversos benefícios dos quais se destacam no Quadro 6, a seguir.

Beneficiados	Benefícios
Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e)	Redução de custos de impressão; Redução de custos de aquisição de papel; Redução de custos de envio do documento fiscal; Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais; Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF; Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira; Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B);
Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)	Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e; Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais; Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);

Sociedade	Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias; Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.
Administrações Tributárias	Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal; Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito; Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação; Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

Quadro 6: Benefícios com implantação da NF-e

Fonte: Adaptado de ENCAT – BRASIL-RFB (2011).

Num primeiro momento, o subprojeto da NF-e foi implantado em diversas empresas de grande porte, como, a Sadia, Souza Cruz, Gerdau, Petrobrás, Kaiser, Ultragaz, Wickbold, Ford, Volkswagen, Telefônica e Eletropaulo. Após isso, além das empresas que aderiram de forma voluntária, foi expandido às enquadradas na obrigatoriedade. Hoje, é obrigado a todo o setor industrial e o de comércio atacadista (SANTOS et al., 2011). Portanto, a abrangência seria todas as empresas de diversos tamanhos, incluindo as optantes pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no Protocolo ICMS 42/09, Cláusula primeira, §2º. Mahle e Santana (2009, p. 78) ainda apontam que o contribuinte a partir do momento em que (...) optar pela emissão da NF-e, ou a ela estiver obrigado, o fará de maneira irrevogável, ou seja, não poderá mais se utilizar de outra forma para emissão de notas fiscais, uma vez que somente o arquivo digital terá validade jurídica.

O DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), não substitui a nota fiscal, porém tem a finalidade de acompanhar a mercadoria da origem até o destino. Será emitida em papel comum, em única via, e terá uma chave de acesso para consultas na Internet. O contribuinte (destinatário) poderá escriturar os dados nele contidos (MARTINS et al., 2008; OLIVEIRA e MAIA, 2008; SANTOS et al., 2011; YOUNG, 2009).

Entre as dificuldades da implantação da NF-e, para Cleto (2006, p.5) foi a cultural das empresas para a quebra de tradicionais paradigmas. Criou um certo desconforto porque o brasileiro é “coleccionador de papel por excelência” e a falta de maiores conhecimentos da

área da tecnologia, acaba gerando o que costuma se chamar de pânico digital. Para Martins, et al., (2008, p. 1) apontaram como dificuldade na implantação, assim como outros autores, foi que “a adoção da NF-e não é simples, uma vez que, além da necessidade de investimento, é necessária uma mudança nos processo de negócio, o que não se mostra simples quando posto em prática”.

Um dos riscos que o projeto da NF-e vem enfrentando é a desoneração do passivo fiscal intangível, pois hoje a empresa não tem certeza que o fornecedor emite a nota inteira ou meia nota. Isto ocorre, quando a empresa, na ânsia de diminuir os seus custos tributários, ao emitir Nota Fiscal de bens ou serviços, ao invés de assinalar o valor real da operação comercial, o faz apenas pela metade (FACCI *et al.*, 2005). A empresa que recebe também é conivente com isso e no momento que a nota é escriturada sabe o valor da nota do fornecedor.

2.2.6 Conhecimento de Transporte Eletrônico

Neste sentido, dentro de outras vantagens apresenta-se o Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) que está em desenvolvimento, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda do Estado e Receita Federal do Brasil, firmado a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2006, de 10/11/2006, quando foi realizado que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto CT-e.

O projeto unifica diversas solicitações de informações a que o contribuinte está sujeito hoje, o que acaba gerando conflito entre um Programa Gerador de Declaração (PGD) e outro. Para Machado (2007, p.17), “A partir da unificação dessas demandas numa fonte, com toda segurança da assinatura digital, a expectativa é obter dados mais confiáveis, diminuindo a necessidade de auditorias posteriores”. As vantagens que são esperadas para as empresas e para a administração tributária pública.

“(…) nós costumamos dizer, internamente, que esse é um projeto “ganha-ganha”, pois ele é de alto interesse para o fisco, por permitir um maior controle de arrecadação e um acompanhamento mais preciso do contribuinte; e, ao mesmo tempo, é um projeto de maior interesse para as empresas, porque simplifica muito os seus trabalhos burocráticos internos e o cumprimento da legislação, além de oferecer grande redução de custos (BRUNO, 2008, p. 22).

2.2.7 Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços (BRASIL-RFB, SÍTIO SPED 2013).

Este documento foi implantado buscando gerar um benefício de padronização das informações e melhor qualidade dos dados gerados para envio as administrações tributárias, colaborando para uma eficácia na tributação e melhora da divisão das obrigações acessórias dentre as empresas obrigadas a emitir esse tipo de documento, igualando competitivamente as empresas com a mesma atividade. Transformada a emissão de documentos em papel para a forma eletrônica, houve a diminuição no impacto ecológico de manter impresso e guardado esse tipo de documento. Houve um benefício de manter esses documentos na forma digital, facilitando o manuseio e podendo ser guardados para sempre.

A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica parte de serviços informatizados que a secretaria municipal de finanças disponibiliza para os contribuintes.

A NFS-e contém campos que reproduzem as informações enviadas pelo contribuinte e outros que são de responsabilidade do Fisco. Uma vez gerada, a NFS-e não pode mais ser alterada, admitindo-se, unicamente por iniciativa do contribuinte, ser cancelada ou substituída, hipótese esta em que deverá ser mantido o vínculo entre a nota substituída e a nova (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

2.2.8 Controle Fiscal Contábil de Transição

Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 949/09, O FCONT é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007 (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

A Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT).

As empresas obrigadas a escriturar o Controle Fiscal Contábil de Transição – FCONT, fizeram a opção de calcular o lucro, conforme o regime de apuração do Lucro Real ou optarão por fazer o uso do Regime Transitório de Tributação – RTT.

O Regime Transitório de Tributação é usado por empresas que tiveram um resultado societário diferente do resultado tributário de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/1979 modificada pela Lei nº 11.638/2007.

A empresa deverá apresentar os lançamentos da contabilidade societária que foram efetuados utilizando os novos critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11.941/09 (BRASIL, SÍTIO SPED 2013). Em relação a estes mesmos lançamentos contábeis, a empresa deverá efetuar os lançamentos utilizando os métodos e critérios contábeis aplicáveis à legislação tributária (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

Depois de efetuado os lançamentos conforme as metodologias. Deverão ser escriturados os ajustes no Livro de Apuração do Lucro Real, para estas diferenças a empresa deverá apresentar um arquivo digital parecido com o de Escrituração Contábil Digital. Serão inseridos esses dados na escrituração de controle fiscal contábil de transição. Outra parte do arquivo é a própria escrituração comercial da empresa.

2.2.9 Escrituração Fiscal Digital das Contribuições

A Instrução Normativa nº 1.252/2012 da Receita Federal do Brasil, instituiu a EFD - Contribuições para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita – EFD Contribuições.

As pessoas jurídicas obrigadas a EFD - Contribuições, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2012, são empresas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real, as demais pessoas jurídicas sujeita à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, devem entregar a começar dos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2013. Existem ainda empresas que devem começar a entregar os fatos geradores ocorridos a partir de 1º Julho de 2013, referidas §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, e na Lei nº 7.102/1983.

Entidades que foram mencionadas na Lei nº 12.546/2011, que trata da desoneração da folha de pagamento, estão obrigadas ao envio da informação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita. Estas empresas estão desoneradas da contribuição ao INSS (Instituto

Nacional do Seguro Social) sobre a folha de pagamento. Visto o enquadramento da empresa na desoneração da folha de pagamento, a empresa deve fazer o recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita auferida na competência da folha de pagamento. Nos artigos 7º, 8º da Medida Provisória nº 540/2011, convertida na Lei nº 12.546/2011, estão os grupos de empresas relacionadas para envio da obrigação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita, dos fatos geradores ocorridos a partir de 1º Março de 2012. Outro grupo de entidades obrigadas ao envio da obrigação a partir de 1º Abril de 2012, relacionados nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III e V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546/2011. Também estão obrigadas ao envio da informação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita, as entidades relacionadas nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011, acrescidas pela Medida Provisória nº 563/2012, como atividades de hotelaria (serviços) e nos novos códigos de produtos, relacionados no Anexo da referida Lei nº 12.546/2011. Houve uma prorrogação do prazo de entrega das obrigações relativas ao ano de 2012 para essas empresas, sujeitas à desoneração sobre a folha de pagamento, poderão fazer a entrega das declarações relativas ao ano de 2012, até o décimo dia útil de Fevereiro de 2013.

Previsão de multa por não apresentação da declaração na data prevista. De acordo a Lei 12.766 de 27 de Dezembro de 2012. Alterada pela Lei nº 12.766 de 28/2012 que alterou o artigo nº 57 da Medida Provisória nº 2.158-58, de 24 de Agosto de 2001.

O arquivo da Escrituração Fiscal das Contribuições deverá ser enviado de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica e submetido ao PVA (Programa Validador), disponibilizado pela Receita Federal do Brasil na versão atualizada.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Destaca-se neste ponto a classificação dos procedimentos metodológicos quanto ao tipo de pesquisa, coleta de dados e informações, tratamento dos dados e das informações, limitação do método e estudo de caso aplicado na empresa “Gama”.

3.1 Tipo de Pesquisa

Os tipos de pesquisa destacados são quanto aos níveis, quanto aos meios e quanto à abordagem da pesquisa.

3.1.1 Quanto aos Níveis

Pode ser classificado como uma pesquisa do tipo descritiva. A pesquisa descritiva que tem por objetivo fundamental descrever as características de determinada população e fenômeno relacionado com diversas variáveis. Para Gil (2009, p.42), “(...) são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”

3.1.2 Quanto aos Meios

Enquadra-se como pesquisa bibliográfica e documental porque analisa as fontes bibliográficas sobre o estado da arte. E documental por valer-se de materiais já tratados e analisados, que ainda podem ser elaborados de acordo com os interesses dos objetivos definidos para a pesquisa. A pesquisa bibliográfica para Gil (2009, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto à pesquisa documental para Gil (2009, p.45) são “documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc”.

A pesquisa documental tem forte relação com a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2009, p.45) “a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa

bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

3.1.3 Quanto à Abordagem da Pesquisa

A abordagem dessa pesquisa se enquadra em qualitativa que para Miguel (2010, p.51) “as interpretações individuais são peças de um mosaico organizacional que o pesquisador qualitativo precisa capturar para entender a complexidade pesquisada. O pesquisador precisa estar consciente de que os diversos pontos de vista se complementam, mas também divergem. Exatamente desse caldo de cultural é que evidências interessantes podem ser apreendidas para responder a questão de pesquisa”.

Para Bryman (1989), as características da pesquisa qualitativa são: (1) ênfase na interpretação subjetiva dos indivíduos; (2) delineamento do contexto do ambiente da pesquisa; (3) abordagem não muito estruturada; (4) múltiplas fontes de evidências; (5) importância da concepção da realidade organizacional; (6) proximidade com fenômeno estudado.

3.2 Coleta de Dados e Informações

As informações para embasamento teórico serão obtidas por meio de pesquisas em livros, periódicos, revistas e jornais. Fazendo-se necessária à adoção da análise da abrangência de todas as áreas de negócios da empresa, avaliando as condições para se adequar às novas exigências do Fisco.

O levantamento dos dados e informações serão coletados na empresa caracterizada no estudo de caso para análise e consolidação, inclusive, pode ser aplicado um questionário na área contábil e fiscal.

3.3 Tratamento dos Dados e das Informações

Será efetuada uma revisão bibliográfica sobre os aspectos da análise da estrutura, por meio da qual será possível elaborar a pesquisa na empresa do estudo de caso, verificando os

impactos explicitados das vantagens e desvantagens do funcionamento do SPED. Dentro dessa perspectiva deve-se comparar o processo de implantação do SPED na empresa “Gama” e demonstrar os impactos do SPED para os modelos de escrituração e contabilização. Assim como, apresentar resultado com as informações necessárias para emitir conclusão final sobre o estudo de caso da empresa prestadora de serviços tributada pelo lucro real.

3.4 Limitações do Método

Neste estudo de caso, analisa-se a empresa prestadora de serviço “Gama” que implantou o SPED, portanto não haverá a possibilidade de comparação com outras empresas, considerando que no escopo da pesquisa está restrito a uma única empresa, dificultando a exposição de sua situação face às demais ramos.

3.5 Estudo de Caso Aplicado

Segundo Gil (2009, p.54) “estudo de caso é um modalidade de pesquisa amplamente utilizado nas ciências biomédicas e sociais. Consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Acrescenta, ainda, o autor (2009, p.54) que atende diferentes propósitos como: “a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determina investigação; d) Formular hipóteses ou desenvolver teorias; e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos”.

Verifica-se que este tipo de estudo na área das ciências sociais aplicadas, tem crescido nos últimos anos, principalmente, em casos aplicados com análise de informações e dados. Neste sentido, procurar-se-á desenvolver um estudo de caso participativo e qualitativo, com o levantamento das características da empresa “Gama” para consolidar o relatório com análise específica da aplicação do EFD - Contribuições instituídas no Sistema Público de Escrituração Digital.

Portanto, os objetivos que deverão ser atendidos são: (1) analisar como foi o processo de implantação da EFD - Contribuições na empresa prestadora de serviços “Gama”; (2) demonstrar os impactos do EFD - Contribuições para os modelos de escrituração e contabilização; (3) explicitar as vantagens e desvantagens da utilização do EFD - Contribuições na empresa estudada; (4) apresentar relatório conclusivo do resultado com as informações necessárias para emitir um diagnóstico final sobre o estudo de caso.

4. ESTUDO DE CASO DA EMPRESA “GAMA”

Nesta abordagem serão apresentados os pontos estudados no estudo de caso da empresa “Gama”: características da empresa, Estrutura contábil e fiscal, principais clientes, principais concorrentes, Aspectos Relacionados a Área de Prestação de Serviços, Adequação.

4.1 Características da Empresa

A empresa aqui estudada está a mais de 13 anos no mercado de cartões de crédito. Proporciona ao cliente a utilização de um cartão de crédito como forma de pagamento eletrônico de bens e serviços, nos estabelecimentos previamente cadastrados.

A natureza jurídica da empresa corresponde ao tipo de sociedade empresarial limitada, prestadora de serviços, ou seja, na sua razão social encontrasse a sigla “Ltda”. A Sociedade é constituída por dois e o capital social está dividido por quotas, onde cada um possui sua responsabilidade, perante a empresa, dependendo da divisão das cotas obrigatoriamente.

O regime tributário do enquadramento está caracterizado na forma de apuração conforme o Lucro Real. Empresa paga os seus impostos com base em estimativa mensal. Na regra básica da forma de apuração sobre o lucro líquido, ou seja, receita de serviços menos os custos e despesas incorridas no período de apuração.

Uma das principais atividades do negócio da empresa é fornecer um limite de crédito para ser gasto pelo portador do cartão de crédito, possibilitando fornecer diferentes tipos de cartões benefícios. Podendo inserir qualquer valor desejado para esses cartões de crédito, destinados para diferentes fins. Estes créditos poderão ser inseridos e utilizados, na forma de cartões alimentação, combustível, convênio, farmácia e refeição.

Além de fornecer cartões benefícios, a empresa estudada atua como administradora de cartões de crédito. Pode administrar cartões de crédito de empresas com diferentes atividades no mercado.

4.1.1 Tipos de Prestação de Serviços

No caso da empresa em questão o principal serviço que presta é chamado de intermediação e congêneres. Conforme código de serviço da Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, está enquadrado nos itens (BRASIL, SÍTIO SPED 2013).

Dentre os serviços citados pela Lei, existem no grupo de Serviços de intermediação e congêneres. Nesse grupo existe uma relação de serviços correspondentes a atividade da empresa: agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

Esse serviço corresponde aos valores pagos pelos clientes dos cartões de crédito, tanto pela administração de um cartão de crédito, proprietária da empresa que utiliza a sua própria marca, também, pode ser cobrado um valor sobre o serviço intermediação de cartões de crédito que são: manutenção de carga e recarga conforme o serviço contratado, visando garantir a responsabilidade de preservar o direito do uso sempre que necessário, nas melhores condições possíveis.

4.1.2 Localização e Organização

Empresa está localizada no município de Florianópolis-SC, fazendo todas as suas operações proposta pelas diversas soluções, em cartões de crédito e serviços, em sua área da atuação. Existem no Brasil diversos escritórios de representação comercial em diversos estados, principalmente, na região sul e sudeste. Para dar suporte de pós-venda aos usuários que estão credenciados na sua rede de cartões de créditos. Na sede a empresa está estruturada em três setores: administrativo, comercial e operacional.

Existem subseções nos principais setores da empresa: administrativo (contabilidade, diretoria administrativa, financeiro, presidência e recursos humanos); comercial (crédito, diretoria comercial, marketing, vendas, pós-vendas e gerência de contas); operacional (atendimento, certificações, cadastro pessoa jurídica, logística, tecnologia de informação e rede de capturas).

4.1.3 Colaboradores da Empresa

A empresa possui um número de 200 funcionários aproximadamente, distribuídos nas diversos setores. Podendo enfatizar um destaque ao grupo do setor operacional, que abrange a maioria de funcionários.

4.1.4 Principais Clientes

Os clientes da empresa “Gama” podem ser pessoas físicas ou jurídicas. Seu maior faturamento está ligado diretamente ao ramo varejista, tais como: restaurantes, mercados, supermercados, hipermercados, loja de calçados, loja de vestuários, loja de materiais de construção, lojas de móveis e decoração, postos de combustíveis, farmácia e etc.

4.1.5 Principais Concorrentes

São administradoras e intermediadoras de cartões de crédito. As principais empresas concorrentes diretas da empresa estudada são: Hipercard, Sicredi, Cooper Cred e outros.

4.1.6 Aspectos Relacionados à Área de Prestação de Serviços

Visando atender o mercado globalizado a empresa fornece facilidades de crédito disponível, fazendo a substituição de moedas e cédulas, através de pagamento eletrônico, gerando benefícios às pessoas físicas e jurídicas. Assim, ao intermediar uma transação financeira, a empresa estudada garante a prestação de serviço à atividade conveniada e assegura o cartão de crédito ao beneficiário.

4.2 Estrutura Contábil e Fiscal

A estrutura contábil e fiscal da empresa esta dividida em equipes que realizam as atividades referentes às diversas áreas de processamento de informações e consolidação de resultados. A equipe fiscal esta constituída de: faturamento, impostos, declarações, SPED, contas a pagar e imobilizado, com 6 funcionários. A equipe contábil esta constituída de 8

colaboradores, dividido em: lançamentos dos movimentos de entrada e saídas, importação de movimentações via sistema interno, folha de pagamento, conciliações, etc.

4.2.1 Adequação dos Módulos Contábeis

A principal adequação foi à procura de módulos contábeis que pudessem fazer a escrituração fiscal e patrimonial da empresa, apuração do imposto de Pis e Cofins, conforme escrituração de suas receitas de serviços, base de créditos adquiridos e utilizados como insumo de acordo com atividade operacional da empresa. O próprio módulo deverá trazer solução para a geração de arquivo texto e importação conforme leiaute da EFD-Contribuições, definidos pela Receita Federal do Brasil.

4.2.2 Sistema Utilizado pela Empresa

O programa cordilheira é o sistema utilizado e responsável pelo gerenciamento das informações, dividido em módulos que registram a parte contábil, fiscal e patrimonial da empresa.

4.2.3 Módulos Contábeis

Os módulos estão dispostos em: contábil, fiscal e patrimonial.

Contábil { - Lançamentos diários { - contas a pagar
 - contas a receber

Escrita Fiscal { - Notas de Entrada
 - Notas de Saída

Patrimonial { - Cadastro bens imobilizados { - Cálculo da depreciação mensal

4.2.4 Escrituração dos Documentos Fiscais

Nesse procedimento é feito o cadastro dos documentos fiscais de prestação de serviços e tomados dos fornecedores. Após, o cadastrado as prestações de serviços no sistema, é realizado o gerenciamento dos impostos a pagar, apuração dos créditos de PIS e COFINS e recolhimento do imposto.

4.2.5 Emissão e Escrituração das Notas de Saída

Os principais tipos de notas de saída são: comissão de intermediação, crédito inserido, crédito gasto, etc. Para o faturamento da NF o cliente deverá ter um contrato de intermediação do serviço oferecido pela empresa. O cadastro do cliente deve estar atualizado e regular junto à empresa. Realizado o cadastro do cliente, o sistema está habilitado para emitir a NF de intermediação. Além, do faturamento do serviço pelo setor responsável, setor comercial da empresa. Após estes procedimentos a NF está em condições ser emitida e disponibilizada para o cliente ou tomador do serviço. O total dos serviços faturados será a base para o cálculo do PIS e COFINS a pagar. Estes serviços faturados representam as receitas para apuração do resultado do período de todos os clientes, empresas que realizam transações.

4.2.6 Escrituração das Notas Fiscais de Entrada

Para realizar o lançamento de Escrituração Fiscal de uma nota fiscal de entrada da empresa “Gama” é preciso entrar no Sistema Cordilheira/Módulo Escrita Fiscal/Lançamentos/Notas de Entrada, pois está adquirindo mercadoria ou serviço com notas fiscais que a empresa foi à tomadora. Para que não sejam escrituradas as notas fiscais que não fazem parte da razão social da empresa, por isso deve-se fazer uma conferência em relação à razão social da nota fiscal, que está dando entrada no Sistema de Escrituração fiscal da empresa. Existem alguns modelos de notas fiscais, tais como: Nota Fiscal (venda de mercadorias), Nota Fiscal de Prestação de Serviços (Serviços prestados ou tomados), Nota Fiscal Eletrônica (venda de mercadorias), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (serviços prestados ou tomados), Nota Honorários Advocatícios (serviço prestado por advogados), Nota

Fiscal de Serviços de Telecomunicação (oi, vivo, net), e Nota Fiscal de Serviços de Comunicação (*human mobile, lyra network*).

Escrituração da Nota Fiscal de Serviços (NFS) e Nota Fiscal Eletrônica de serviços (NFSE). Após entrar no módulo Escrita Fiscal para fazer os lançamentos de Notas de Entrada, tipo de NFS e NFSE deve seguir os procedimentos, exemplo abaixo no Quadro 7:

Descrição dos passos para efetuar a escrituração das NFS e NFSE de entrada:

- **Mês/ano** é com base na emissão da nota, então se a nota foi emitida em 03/05/2012, o mês de referência é 05/2012. Todas às vezes, após colocar o mês e dar um entrada aparecerá um aviso sobre calcular os tributos do mês anterior, sempre ir em “não” (devido a empresa ainda não ter totalmente as rotinas fiscais parametrizadas e feito a integração dos o módulos Escrita Fiscal, para poder fazer a apuração de seus tributos pelo Sistema de Escrituração Fiscal do Cordilheira).
- **Lançamento:** para a prestação de serviços sempre será feito o lançamento tipo 5(lançamento de serviço).
- **Dia do lcto:** dia de emissão da nota.
- **Espécie:** NFS (Nota Fiscal de Serviços). NFSE (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica)
- **Modelo:** 1 para NFS(Fatura), 55 para NFSE ou N° correspondente ao determinado tipo de serviço, para consultar todos é só apertar o botão F12 do teclado no espaço do modelo da NF.
- **Série:** F ou conforme detalhamento na Nota Fiscal.
- **Subsérie:** não é necessário colocar nada, só se tiver especificado na Nota Fiscal.
- **Nota Fiscal:** número da nota.
- **Emissão:** data de emissão da nota.
- **Emitente:** CNPJ da empresa que emitiu a nota.
- **Complemento:** NFS N°123(EX) Nome empresa/Vencimento
- **Valor Contábil:** Valor da NFS.
- **Frete:** sem cobrança de frete.

Após concluir o preenchimento dos campos, ir na aba bases:

- **Contribuições e Tributos:** Irá ser inserido nesse campo o valor de base para cálculo das contribuições de Pis e da Cofins, o valor só irá ser inserido se a prestação do Serviço ou a Mercadoria adquirida for um insumo necessário para a prestação de serviço da empresa. Para saber se esse Serviço ou se essa Mercadoria é um insumo equivalente para base de crédito do Pis e da Cofins, poderá ser consultado em Módulo Sistema Contábil/Relatórios/Contábeis/Razão Analítico, preencher a Data do mês anterior, no campo de Seleção de Contas colocar o N° 3 para insumos de Pis/Cofins e visualizar a Conta que possa se enquadrar ou não no Serviço ou a Aquisição de Mercadoria que gere crédito para base Pis/Cofins.
- **Base Pis/Cofins:** Será inserido o valor total da NF, NFSE para base de cálculo do crédito Pis e Cofins, se devida na situação anterior.

Após concluir estes itens, ir na aba serviço:

- **Item de Serviço:** é o serviço relacionado a nota, verificar o mais adequado e sempre

consultar notas anteriores para averiguar o serviço. Caso seja uma nota de Hotel, o serviço é passagens e hospedagens. N° 10

- **Código Fiscal:** será o mesmo que o item de serviço, o mesmo código, se no item foi o 10, neste será o mesmo.

- **Situação Tributária:** o mesmo código fiscal 10.

- **Impostos:** verificar a existência de impostos sobre a nota fiscal, caso tenha impostos colocar os valores no sistema. Caso não tenha imposto verificar se o sistema está colocando valores de impostos “**não existentes**” em cada campo (IRRF, INSS, PIS e COFINS).

Verificar na **aba de Contabilização**, se a NF foi contabilizada corretamente, conforme sua despesa e sua contrapartida (fornecedor).

Clicar no botão “Gravar”, após seguir todos os itens acima.

Quadro7: Escrituração da Nota Fiscal de Serviços(NFS) e Nota Fiscal Eletrônica de Serviços(NFSE).

Fonte: elaborado pelo autor.

4.3 Aplicação dos Procedimentos para Apuração dos Tributos

Nesse procedimento é verificado qual serão as regras aplicadas para apuração dos tributos PIS e COFINS, nos regimes de apuração não-cumulativo, com base no total das receitas auferidas, bem como o abatimento dos custos, despesas, encargos e aquisições geradoras de créditos da não-cumulatividade.

A partir da diferença dessas bases, é levantado o valor para recolhimento do imposto a Receita Federal do Brasil, conforme o período de competência. As alíquotas tanto para os débitos e para os créditos são 1,65% PIS e 7,60% para COFINS.

Os valores das receitas financeiras da empresa aplicam-se alíquota zero na apuração do imposto.

4.3.1 Itens de Serviço

São escriturados no lançamento nas notas fiscais de saída e no recebimento de notas de entrada. O sistema de escrituração da empresa contempla a possibilidade de cadastrar o item de serviço com base de crédito para levantar as informações pertinentes a prestação de serviços com a CST (código de situação tributária) 1 alíquota básica de apuração do imposto a pagar e CST 50 para itens de serviços das notas de entrada com direito a crédito.

4.3.2 Natureza de Operação, Controle dos Créditos e Conferência

A natureza de operação está ligada diretamente a escrituração das NF de produtos de saída e entrada. É utilizada para classificação de uma natureza de operação que faz a vinculação do direito a crédito do tipo de produto gerado pela empresa ou recebido.

O controle de crédito está vinculado aos insumos adquiridos pela empresa que estão ligados a atividade fim da empresa. A empresa de estudo de caso é uma administradora e intermediadora de cartões de crédito. Um dos principais insumos da atividade operacional da empresa é o serviço de confecção e impressão de cartões. Utilizados para distribuição aos clientes da empresa que utilizam como meio de pagamento eletrônico. Sendo um importante aliado a prestação do serviço e conseqüentemente um custo elevado para sua atividade. Assim pode-se dizer que é um tipo de insumo necessário para empresa, podendo usufruir o direito a crédito conforme as alíquotas dos impostos. Este conceito de controle de crédito é feito para tomada de decisão na hora de selecionar quais serão os custos e despesas relacionados para tomada de crédito na declaração.

Conferência é realizada conforme informações escrituradas no sistema escrita fiscal, comparadas com as informações lançadas no sistema contábil. Através de emissão de relatórios de conferência das NF de saída e entrada, do sistema de escrita fiscal e acompanhamento do balancete de verificação das contas de resultado do período de competência do imposto apurar no sistema contábil. Também verificado os valores de encargos de depreciação mensal gerados como crédito no sistema patrimonial. Após o levantamento de todas as informações pertinentes à apuração do imposto é feito um controle extra, na forma de planilha para melhor visualização das informações. Depois de realizadas todas essas verificações, o arquivo do sistema fiscal em formato da declaração da EFD-Contribuições é exportado. Para converter as informações escrituradas em formato digital é feita a importação do arquivo no PVA (Programa Validador do SPED) disponibilizado pela RFB. As informações importadas serão validadas conforme padrões estabelecidos. Se existir ocorrência de erros na escrituração, terão que ser corrigidas e depois validadas novamente. Feita a importação no PVA, deve ser conferidas as informações de apuração do imposto a pagar, conforme a base das informações apuradas em planilha.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 Ajuste de Utilização dos Créditos Tomados

Na apuração do PIS e COFINS da competência do mês de Jan/2013, foi realizada a revisão dos créditos tomados pela empresa. Destaca-se a importância destes reposicionamentos dos créditos apurados após o resultado de auditoria e avaliação dos insumos adquiridos pela empresa, conforme está demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Apuração do PIS e COFINS da competência do mês de Jan/2013.

Planilha de Apuração da EFD-Contribuições - Não Cumulativo do mês de Janeiro / 2013

GAMA LTDA. CNPJ. 04.775.281/0001-62	Apuração sem auditoria/ajustes			Apuração após auditoria/ajustes		
	Tributada no Mercado Interno			Tributada no Mercado Interno		
Controle de Crédito PIS e COFINS	REF: JAN/2013	PIS	COFINS	RETIF.	PIS	COFINS
PERCENTUAL / CÁLCULO - JAN / 2013	Cálculo	1,65%	7,60%	Cálculo	1,65%	7,60%
Base de Cálculo de PIS e COFINS / cfe fatura/JAN-2013	3.131.696,02	51.672,99	238.008,90	3.131.696,02	51.672,98	238.008,90
Total Receitas Financeiras Isentas =	910.260,14	-	-	910.260,14		
02. Bens Utilizados como Insumos (combustíveis)	-	-	-	18.375,71	303,20	1.396,55
03. Serviços Utilizados como Insumos (diversos serviços)	1.328.117,81	21.913,94	100.936,95	1.293.825,57	21.348,12	98.330,74
04. Desp. de Energia Elétrica (total de energia utilizado)	15.263,75	251,85	1.160,05	15.796,74	260,65	1.200,55
05. Desp. de Aluguéis de Prédios Locados de PJ (total de aluguel pago)	53.888,26	889,16	4.095,51	54.438,26	898,23	4.137,31
08. Desp. de Contraprestações de Arrendamento Mercantil		-	-	16.557,74	273,20	1.258,39
09. Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Base de Depreciação)	79.029,60	1.303,99	6.006,25	11.302,64	186,49	859,00
10. Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Base no Valor de Aquisição)		-	-	14.648,46	241,70	1.113,28
Base de Cálculo dos Créditos =	1.476.299,42	24.358,94	112.198,76	1.424.945,11	23.511,59	108.295,83
Crédito Descontado no Mês		24.358,94	112.198,76		24.358,94	112.198,76
A PAGAR		27.314,05	125.810,14		28.161,39	129.713,07
DARF PAGO NO MÊS DE JANEIRO		27.314,05	125.810,14		27.314,05	125.810,14
Diferença da Apuração dos Créditos(Ref. Ajustes Cfe, retificação)		-	-		847,34	3.902,93
CREDITOS MÊS ANTERIOR - Dez/2012		5.709,51	26.291,46		5.709,51	26.291,46
CREDITOS PRÓXIMO MÊS DE FEV/2013		5.709,51	26.291,46		4.862,18	22.388,53
Compensação de imposto a Recuperar	Cód.Darf - 5952	PIS	COFINS	Cód.Darf - 5952	PIS	COFINS
Companhia de Gás		0,65%	3,00%		0,65%	3,00%
CNPJ: 00.335.461/0001-93	29.458,33	191,48	883,75	29.458,33	191,48	883,75
NFSE 278644 Emissão: 02/01/2013 Pagto: 16/01/2013-Crédito						
	Recolher	27.122,57	124.926,39	Recolher	27.122,57	124.926,39

Fonte: Elaborado pelo autor

Os códigos (2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10) correspondem à natureza dos créditos. O valor pago efetivamente na forma de DARF para os tributos de PIS foi de R\$ 27.314,05 e de COFINS R\$ 125.810,14, no mês de Jan/2013. Após os ajustes recomendados pela auditoria interna, verificou-se o valor devido para pagamento pela empresa de PIS R\$ 28.161,39 e de COFINS R\$ 129.713,07.

A compensação do valor devido, conforme os saldos dos créditos anteriores, cuja diferença foi do PIS de R\$ 847,34 e do COFINS de R\$ 3.902,93, que foi pago a menor após a revisão dos créditos tomados que corresponde a retificação, conforme recomendação da auditoria. Os saldos dos créditos do mês anterior foram do PIS R\$ 5.709,51 e COFINS de R\$ 26.291,46; que foi reduzida devido à constatação do pagamento a menor, após a revisão dos créditos tomados pela empresa. O saldo dos créditos anteriores para Fev/2013 são os seguintes do: PIS R\$ 4.862,18 e COFINS R\$ 22.388,53. Portanto, é importante verificar a composição dos valores a pagar efetivamente que a empresa deve para o fisco.

A tabela 2 abaixo representa os tipos de insumos conforme natureza dos créditos.

Tabela 2 – Tipos de insumos conforme natureza dos créditos.

natureza do crédito	Tipos de insumos	BASE DE CRÉDITO	
		Anterior	Retificadora
2	Combustíveis e Lubrificantes		18.375,71
3	Confecção Impressão de Cartão	50.085,14	50.085,14
3	Entregas (Correios)	336.646,97	336.646,97
3	Consulta de Cadastro	45.453,05	45.453,05
3	(-) ACP	(33.361,30)	(33.361,30)
3	Despesa Telemarketing - Serviços	103.431,11	65.575,67
3	Serviço de Impressão e papelaria	46.833,58	46.833,58
3	Entregas e Coletas	56.161,45	56.161,45
3	Transmissão de Dados (POS)	15.706,22	15.706,22
3	Cobrança Terceirizada	48.819,42	49.582,62
3	Instalação de POS	14.100,00	14.100,00
3	Serviços de Teletendimento	499.200,00	499.200,00
3	Tarifa de cobrança	119.387,43	119.387,43
3	Serviço Prestado Pessoa Juridica	4.328,19	6.328,19
3	Manutenção de Equipamentos	21.326,55	22.126,55
4	Energia Elétrica	15.263,75	15.263,75
4	Energia Elétrica Regional		532,99
5	Aluguéis	53.888,26	53.888,26
5	Aluguel Regional PJ		550,00
8	Contraprestação Leasing POS - ITAU		5.157,59
8	Contraprestação Leasing POS - BB		1.767,74
8	Contraprestação Leasing Veículos - ITAU		9.632,40
9	Depreciação de Equipamentos de Informática	79.029,60	8.751,26
9	Depreciação POS		2.551,37
10	Aquisição Maq e Equip - Valor crédito		14.648,46
	Total créditos apurados	1.476.299,42	1.424.945,11

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 2 dos tipos insumos, conforme a natureza de créditos. As adições foram às seguintes pelos ajustes recomendados pela auditoria interna da empresa: combustíveis e lubrificantes R\$ 18.375,71; energia elétrica das regionais R\$ 532,99; aluguel regional de Pessoa Jurídica R\$ 550,00; Contraprestações leasing totalizando R\$ 16.557,74.

A exclusão e forma de creditar as bases de Créditos de depreciação foram devido ao entendimento dos auditores internos que constaram que os bens imobilizados que tinham operação de leasing financeiro deveriam ser excluídos da base de depreciação.

Resultando em uma exclusão de R\$ 53.078,50, pois a maioria dos bens imobilizados adquiridos pela empresa tinha como operação de financiamento o leasing financeiro. Neste sentido, o valor de base de crédito dos insumos tomados pela empresa para apuração do PIS e COFINS, foi calculado a maior antes dos ajustes da auditoria. Portanto, a empresa estava fragilizada no processo de apuração dos encargos fiscais, correndo risco financeiro podendo ser autuada pelo fisco Federal.

5.2 Vantagens e Desvantagens da Utilização do Sistema Público de Escrituração Digital

Dentre as vantagens citadas e discutidas pelos autores destacam-se neste estudo de casos as seguintes, referente às vantagens da utilização do SPED: informatização na troca dos dados é um dos relevantes benefícios do SPED, segurança dos dados e na importância tecnológica da informação digital, redução de ilícitos tributários para o governo com melhor fiscalização, redução de custos operacionais e de papel para empresa e governo, emissão da Nota Fiscal Eletrônica. Para Santos (2011), “ao lado dessas vantagens, o SPED coloca para as empresas desafios igualmente grandes”. Por exemplo, a empresa deve se estruturar melhor para utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação, no processo de contabilização e escrituração.

Quanto às desvantagens verificadas neste estudo de casos destacam-se os seguintes: alto custo de implantação, falta de profissionais com conhecimento técnico para operacionalizar os procedimentos do SPED, falta de estrutura tecnológica, problemas de envio e validação das informações (geração de erros), mudança na cultura operacional da empresa, falta de conhecimento dos processos e tecnologias. Além da empresa, ser obrigada por imposição forçada da implantação do SPED, exposição fiscal e falta de software adequado com alto custo, sem receber qualquer auxílio ou incentivo por parte do governo.

Destaca-se a falta de treinamento eficaz oferecido pelo governo, o que dificulta a utilização do SPED na empresa por falta de conhecimento especializado. Neste sentido, o mais importante do que possuir a tecnologia é necessário fazer bom uso dela, porém, é preciso aprender a utilizá-la, afirma Padoveze (2002), quando se refere a um Sistema de Informação não é apenas um *software* e a tecnologia utilizada, mas também recursos humanos e financeiros.

Para KRÜGER e RAMOS (2012) em recentes pesquisas com o uso de questionários realizados, com 16 (dezesesseis) profissionais que atuam com o SPED, em empresas que utilizam o regime tributário pelo Lucro Real, na cidade de Bagé-RS, apresentaram os seguintes em resultados de comparação, referente às vantagens e desvantagens da utilização do SPED no Quadro 8.

Vantagens	Desvantagens
Importância tecnológica da informação	Mais trabalho para o responsável
Segurança nos dados	Exposição Fiscal
Auditoria eletrônica facilitada	Falta de conhecimento dos processos
Oportunidade para as empresas	Integração eletrônica
Informatização na troca de dados	Falta de software
Cruzamento eficaz de informações	Mudança na cultura operacional da empresa
Agilidade/qualidade/precisão na informação	Problemas de envio e validação
Redução de custos operacionais	Prazos estabelecidos pela RFB
	Falta de estrutura
	Qualidade da informação gerada
	Falta de pessoas com conhecimento técnico
	Alto custo de implantação

Quadro 8 - vantagens e desvantagens da utilização do SPED

Fonte: Adaptado das autoras KRÜGER et al., (2012, p.12-13)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as vantagens e desvantagens na implantação do SPED – EFD - contribuições para apuração e revisão dos créditos tomados pela empresa para escriturar e contabilizar suas transações, foi atendido como se pode verificar no item análise e discussão dos resultados. Em relação análise do processo de implantação do SPED - EFD contribuições na empresa “Gama” foi abordado a estruturação que a empresa passou para atender as obrigações fiscais.

Os modelos de escrituração e contabilização das contribuições foram destacados nos itens: adequação dos módulos contábeis, escrituração dos documentos fiscais, emissão e escrituração das notas de saída e entrada, aplicação dos procedimentos para apuração dos tributos, itens de serviço, natureza de operação, controle dos créditos e conferência.

As vantagens e desvantagens da utilização do SPED – EFD - contribuições foi discutido em item específico com apresentação de contribuições do estudo de caso e complementações de pesquisas realizadas por diversos autores que reforçam os benefícios e dificuldades na implantação. Os ajustes apresentados nas tabelas foram detalhados com os comentários para posicionar os leitores, de forma a esclarecer os procedimentos das operações realizadas pela empresa, com as orientações dos auditores internos.

O relato deste trabalho conclusivo pelos resultados alcançados evidenciados na literatura, que ratificam os diversos estudos analisados para fundamentar o desenvolvimento desta monografia. Não obstante, este trabalho não se esgota aqui porque existe a necessidade de dar continuidade do tema proposto, por ser um estudo desafiador que envolve questões tecnológicas e da inteligência fiscal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A.; **SPED: Sistema público de escrituração Digital**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.

BISATO, I. R.; LINKE, I. Os novos procedimentos contábeis apresentados pelo sistema público de escrituração digital (SPED). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR)**, Curitiba, ano 33, nº 151, p. 5-19, 2º quadrimestre de 2008.

BRYMAN, A. *Research methods and organization studies*. Londres: Unwin Hyman, 1989.

CHAHIN, A. et al. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. Sao Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHEN, Y. N.; CHEN, H. M.; HUANG, W.; CHING, R. K. H. E-Government Strategies in Developed and Developing Countries: An Implementation Framework and Case Study. *Journal of Global Information Management*. v. 14, nr. 1, 23-46, January-March 2006. **Chile 2000-2005**. Chile: Maval. 2006.

CLETO, N. Nota fiscal eletrônica (NF-e) - revolução digital no meio empresarial e contábil. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR)**, Curitiba, ano 31, nº 145, p. 4-6, 2º quadrimestre de 2006.

CLETO, N.; OLIVEIRA, F.R.de. **Manual de autenticação dos livros digitais: atualizado até 21 de maio de 2010**. São Paulo: Fisco Soft, 2010. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/spedcontabil>>. Acesso em: 12 de junho de 2010.

DINIS, E. H. O governo eletrônico no Brasil: Perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**. V.43, Fev. 2009.

DUARTE, R.D. **Big brother fiscal na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ideas work, 2009.

DUARTE, R.D. **Vem aí a segunda geração da Nota Fiscal Eletrônica**. 2009. Disponível em:<http://www.robertodiasduarte.com.br/vem-ai-a-segunda-geracao-da-nota-fiscal-eletronica> Acesso em: 30 de junho de 2010.

FARIA, A. C. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, 2010, São Paulo, **Anais**. São Paulo: 2010. p. 1-19.

FERRER, F.; SANTOS, P. (org.). **E-government: O governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FRANCISCO, S.; RONCHI, S. H.; MECHELN, P. J. V. Os impactos da implantação do sistema público de escrituração digital (SPED) na gestão das micro e pequenas empresas. In:

CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS e INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, **Anais**, v.2, p. 1-14, Florianópolis: 2008.

FRANCO, H. A **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Gil, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JORNAL NACIONAL. Brasil é bicampeão na burocracia dos impostos para as empresas . Edição do dia 11/11/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/11/brasil-e-bicampeao-na-burocracia-dos-impostos-para-empr-esas.html>>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

KOETTKER, B. H. S. Escrituração Fiscal Digital (EFD): Vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. Monografia de Conclusão de Curso apresentada no Bacharel em Ciências Contábeis (Orientador: Sérgio Murilo Petri, Dr), UFSC. Florianópolis, 2011.

KRÜGER, C. y FEKSA RAMOS, L. "*Da escrituração ao SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: vantagens e desvantagens do SPED*", en **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Número 187, 2013. Texto completo en <http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/13/contabilidade.html>

MAHLE, M. M; SANTANA, A.F.B. Sistema público de escrituração digital – sped: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. **Revista Catarinense de Ciências Contábeis**, Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73 – 92, abr./jul. 2009.

MARTINS, M. S.; LUCIANO, E. M.; TESTA, M. G. Proposta de um framework para apoio à adoção da nota fiscal eletrônica. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração-ANPAD**, XXXII, 2008, Rio de Janeiro, Anais . Rio de Janeiro: setembro 2008. p. 1-15.

MIGUEL, P. A. C. (organizador); FLEURY, A; MELLO, C. H. P; NAKANO, D. N; LEE HO, L; MORABITO, R; MARTINS, R. A; PUREZA, V. **Metodologia da Pesquisa em Engenharia de Produção**. Rio de janeiro: Campus, 2010.

MULLER, A. N., PILAR, R., KIDO, V. M. **Manual da Nota Fiscal Eletrônica**. Curitiba: Juruá, 2007.

OLIVEIRA, W. R.; MAIA, D. F. Nota fiscal eletrônica: projeto nacional e a iniciativa municipal de São Paulo - uma análise comparativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado, **Anais**. Gramado: 2008. p. 1-15.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A.,2012.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEIXE, B. C. S.; FELSKY, C. E. Compatibilizar as demonstrações contábeis de acordo com o modelo governamental – proposta de adaptação à escrituração contábil digital. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS e INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 2010, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis: 2009. p. 1-13.

PEREIRA, S. A.; LOCKS, R.; MATOS, D.S.; DA COSTA, G.B. Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica-NF-e. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado, **Anais**, p.1-12, Gramado, 2008.

PIRES, A. da S. A percepção dos contabilistas do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital. Florianópolis, 2010. 61 p. **Monografia** (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2010.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Geral Fácil**. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, B.; MÜLLER, N.; CASAGRANDE, M. D. H. NF-e – Nota Fiscal Eletrônica: Percepção dos contribuintes enquadrados na atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, estabelecidos no município de Florianópolis. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS e INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4, 2011, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis: 2011. p. 1-16.

SANTOS, K. G. SPED - o enfoque na escrituração contábil digital. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR)**. Curitiba, ano 34, nº 154, p. 37-42, 2º quadrimestre de 2009.

SEBOLD, M.; PIONER, L. M.; PIONER, J. J. M. Novos rumos na Contabilidade Pública brasileira: do governo eletrônico ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS e INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4, 2011, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis: 2011. p. 1-12

SEPULVEDA, M.A.T.; VASQUEZ, A.V.; GUTIERRES, P.G. **Gobierno Electronico em Chile 2000-2005**. Chile: Maval. 2006.

SIQUEIRA, M.L. A Economia da Sonegação - Teorias e Evidencias Empíricas. **Revista Economia Contemporânea**. 2005.

YOUNG, L. H. B. **SPED: sistema público de escrituração digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

LEGISLAÇÃO

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, que regulamenta o Regime Tributário Transição.

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT).

BRASIL - Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, 2007.

BRASIL - Resolução N° 1.299/10 Aprova o Comunicado Técnico CT 04 que define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

BRASIL - Ato Declaratório Executivo Cofis nº 20, de 28 de maio de 2009 Dispõe sobre as regras de validação e as tabelas de códigos aplicáveis à Escrituração Contábil Digital.

BRASIL - Ato Declaratório Executivo Cofis nº 29, de 09 de junho de 2010 Altera o anexo II do Ato Declaratório Cofis nº 20, de 28 de maio de 2009.

BRASIL - Ato Declaratório Executivo Cofis nº 36, de 18 de dezembro de 2007 Dispõe sobre as regras de validação e as tabelas de códigos aplicáveis à Escrituração Contábil Digital.

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011 Altera a Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital.

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.(com as alterações da IN RFB 825/08 e da IN RFB 926/09) Institui a Escrituração Contábil Digital (para fins fiscais e previdenciários).

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 825, de 21 de fevereiro de 2008 Altera o art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de dezembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital (prorroga para o último dia útil de junho de 2009 o prazo para apresentação da ECD, nos casos de cisão, cisão parcial, fusão ou incorporação ocorridos.

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009. Altera os arts. 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de dezembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital e o Manual de Orientação do Leiaute.

BRASIL - Instrução Normativa RFB nº 989, de 22 de dezembro de 2009, que institui o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur).

BRASIL -Instrução Normativa Nº 107, de 23 de maio de 2008. Dispõe sobre a autenticação de instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros e tradutores públicos e intérpretes comerciais.

CHILE - Lei nº 19.799/2002, no Chile tratando os Documentos Eletrônicos, Assinaturas Eletrônicas e Certificações de Serviços das empresas. 2002.

REFERENCIAS EM SITES

BRASIL- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Brasília: Receita Federal do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em 13 de abr. de 2013.

BRASIL, Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o sistema público de escrituração digital – SPED**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 26 de out. de 2010.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRASIL. Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000. **Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9989.htm>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRASIL. Emenda constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 777, de 19 de outubro de 2007. **O credenciamento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de funcionário de entidade autoriza a emitir certificado de origem, para fins de acesso ao sistema Mercosul Certificado**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7772007.htm>>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. **Instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7772007.htm>>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRASIL. Portaria da RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007. **Efetuará o acompanhamento econômico-tributário diferenciado de pessoas jurídicas, conforme o disposto nesta Portaria**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2007/portrfb11211.htm>>. Acesso em: 26 de out de 2013.

BRITTO, D. SPED – Sistema Público de Escrituração digital. Revista Jus Vigilantibus, São Paulo, 10 de Setembro de 2008. Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/35924>>. Acesso em 28 de mar de 2013, 21:42>.

CLETO, N.; OLIVEIRA, F. R. de. **Manual de autenticação dos livros digitais**: atualizado até 21 de maio de 2010. São Paulo: Fisco Soft, 2010. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/spedcontabil>>. Acesso em: 26 de set de 2013.

FACCI, Nilton *et al.* **Os riscos da sonegação fiscal para o profissional da Contabilidade**. 2005. Disponível em: <www.fema.com.br/~danilo/pro/menu/.../artigo_sonegacao_fiscal.doc>. Acesso em: 26 de mar de 2013.

JORNAL NACIONAL. **Brasil é bicampeão na burocracia dos impostos para as empresas**. Edição do dia 11/11/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2011/11/brasil-e-bicampeao-na-burocracia-dos-impostos-para-empresas.html>>. Acesso em: 12 de nov de 2011.

NUNES, Paulo. In: **Conceito de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.notapositiva.com/trab_professores/textos_apoio/contabilidade/01concontabilidade.htm>. Acesso em 26 out 2013.

SANTOS, H. **Implantação do SPED – a segurança que você tem (ou que pensa que tem)**. Disponível em: <<http://spedseguro.ning.com/profiles/blogs/implantacao-do-sped-a>> Acesso em: 19 de ago 2013.

ZANINI, M. A. **SPED fiscal, você sabe o que é?** Disponível em: <http://comunidade.sebrae.com.br/orientador_emp/Cafe+com+Letras/34173.aspx>. Acesso em: 20 out 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 18 de set de 2013.

ANEXOS

RAZAO ANALITICO DA EMPRESA "GAMA"

Condizinha Sistema Contábil		Razão Analítico		PÁGINA: 1	
Condição: Drexan				Data: 15/10/2013	
				Hora: 16:02	
				Período: 01/01/2013 a 31/01/2013	
Data	Histórico	Lotaf.Lcto.	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 320102001 Red.: 150-1 construção reservado de cartão Saldo Anterior: 0,00					
13/01/2013	Nota 11396 - DIVERLCEV	8/501004	3.896,00		3.896,00
14/01/2013	Nota 386 - ED CARLO	8/510117	37.457,14		41.353,14
14/01/2013	Nota 11318 - DIVERLCEV	8/501002	3.466,00		44.819,14
18/01/2013	Nota 11330 - DIVERLCEV	8/503712	1.120,00		45.939,14
21/01/2013	Nota 11339 - DIVERLCEV	8/510247	5.348,00		51.287,14
		Total da Conta:	50.088,14	0,00	50.088,14
Conta: 320102002 Red.: 151-1 servicos Saldo Anterior: 0,00					
27/01/2013	Nota 343 - MORGES E DIAS LTDA	8/510001	5.177,92		5.177,92
29/01/2013	Nota 232539 - CORRÊJOS	8/510000	143,12		5.321,04
31/01/2013	Nota 123668 - CORRÊJOS	8/507343	335.305,93		340.626,97
		Total da Conta:	336.626,97	0,00	336.626,97
Conta: 320102003 Red.: 152-3 CONSULTA DE CADASTRO Saldo Anterior: 0,00					
24/01/2013	Nota 28532 - PROCON	8/510370	1.983,07		1.983,07
31/01/2013	Nota 228760 - SIDAIA	8/509426	7.309,58		9.292,65
31/01/2013	Nota 228816 - SIDAIA	8/506420	3.487,93		12.780,58
31/01/2013	Nota 228821 - SIDAIA	8/506432	21,17		12.801,75
31/01/2013	VALOR RRF DOC 18773 ACV/13-02	131/510649	33.369,00		46.170,75
		Total da Conta:	45.453,05	0,00	45.453,05
Conta: 320102004 Red.: 153-6 SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO Saldo Anterior: 0,00					
02/01/2013	Nota 3388 - IMMATEL	8/509977	1.899,89		1.899,89
02/01/2013	Nota 34221 - SERVIA	8/512806	3.309,52		5.209,41
02/01/2013	Nota 118583 - UETA	8/511600	978,00		6.237,41
02/01/2013	Nota 335416 - OI TELEFONE FIXO	8/500896	2.812,92		9.050,33
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/CORREIOS	103/439920	46,94		9.097,27
03/01/2013	Nota 102583 - COPEL	8/509998	316,91		9.414,18
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/EDER HELO	104/436642		76,28	9.490,46
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/DEBILAK T	104/436645		8,89	9.579,35
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/DANIEL B	104/436646		22,94	9.602,29
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/TAMARA SANTOS	104/436648		10,71	9.613,00
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/JORGE B	104/436649		17,22	9.630,22
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/FRANCY B	104/436652		28,91	9.659,13
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/ROSELIA B	104/436653		47,10	9.706,23
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO BRAB/RESSARC/LUIS FERRANDO	104/436717		51,93	9.758,16
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO BRAB/RESSARC/R-DOOTO	104/436847		33,54	9.791,70
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO BRAB/RESSARC/ALCANTARA A	104/436955		255,26	10.046,96
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO CEF/RESSARC/LEONEL F	104/436818		16,96	10.063,92
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO SANT/RESSARC/JOSE JM	104/436827		160,00	10.223,92
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO SIC/RESSARC/REGIANE M	104/436859		14,33	10.238,25
04/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO SIC/RESSARC/CLÉIDIAHE B	104/436970		9,70	10.247,95
04/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA OI TEL FIXO	104/501238	24,00		10.271,95
04/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA OI TEL FIXO/RRF 13-2013	104/500235	378,63		10.650,58
04/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA NET	104/505527	128,45		10.779,03
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/FRANZ ANDRE	106/500338		31,02	10.810,05
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/ELAINE GODOE	106/500341		27,02	10.837,07
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/OSACIMO OCCIOJUNTI	106/500344		3,91	10.840,98
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RESSARC/EDIVALVA SANTOS B	106/500349		33,34	10.874,32
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO CEF/RESSARC/MARIA B	106/500721		84,78	10.959,10
06/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO CEF/RESSARC/NIVALDO G	106/500724		13,27	11.072,37
08/01/2013	Nota 206559 - IMMATEL	8/510085	22.058,84		13.294,21
10/01/2013	Nota 173958 - VIVO	8/510187	1.211,98		14.506,19
11/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/RRF 34346376 OI	113/500222	43,73		14.549,92
15/01/2013	VALOR RRF ITAU-RRUF 0007707 OI S/A	115/501584		114,34	14.664,26
16/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA NET	115/511987	187,56		14.851,82
15/01/2013	Nota 485196 - OI TELEFONE FIXO	8/500858	89,07		14.940,89
16/01/2013	Nota 172120 - VIVO	8/501878	20.880,68		35.821,57
16/01/2013	Nota 22214 - VIVO	8/502385	4.856,28		40.677,85
16/01/2013	Nota 19201 - VIVO	8/502398	851,03		41.528,88
16/01/2013	Nota 64216 - NET	8/502723	138,59		41.667,47
16/01/2013	Nota 234090 - OI	8/502714	168,68		41.836,15
21/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO CEF/RRF/RRF 00-T-LEFCON/MARLOW C	121/500669		24,04	41.860,19
22/01/2013	Nota 819623 - OI TELEFONE FIXO	8/503682	255,28		42.115,47
22/01/2013	Nota 164577 - OI TELEFONE FIXO	8/503685	73,97		42.189,44
22/01/2013	Nota 19504 - OI TELEFONE FIXO	8/500080	22.181,88		64.371,32
22/01/2013	Nota 899648 - OI TELEFONE FIXO	8/500884	13.328,96		77.700,28
22/01/2013	Nota 362521 - OI TELEFONE FIXO	8/500085	34.525,83		112.226,11
22/01/2013	Nota 886487 - OI TELEFONE FIXO	8/501098	39,84		112.265,95
22/01/2013	Nota 863042 - OI TELEFONE FIXO	8/501060	2.036,15		114.302,10
23/01/2013	Nota 130677 - NET	8/507335	126,55		114.428,65
25/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA OI TEL FIXO	125/504334	9,44		114.438,09
25/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA OI TEL FIXO/RRF 73446	129/511814	372,34		114.810,43
26/01/2013	Nota 53229 - OI	8/547314	143,36		114.953,79
		Total da Conta:	132.716,48	1.019,78	131.697,00
Conta: 320102006 Red.: 154-6 SERVIÇO IMPRESSÃO E MANUTENÇÃO Saldo Anterior: 0,00					
02/01/2013	Nota 574 - BOM CARD	8/505049	8.976,21		8.976,21
13/01/2013	Nota 189 - DAYNADOE	8/512333	1.283,13		10.259,34
31/01/2013	Nota 689 - BOM CARD	8/507353	36.574,24		46.833,58
		Total da Conta:	46.833,58	0,00	46.833,58

Cordilheira Sistema Contábil

Razão Analítico

PÁGINA: 2

Data: 15/10/2013

Hora: 15:02

Condição: Encerrado

Período: 01/01/2013 a 30/09/2013

Data	Histórico	Loça/Lcto.	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 320102086 Red.: 155-4 SERVIÇOS E COLETAS					Saldo Anterior: 0,00
28/01/2013	Nota 22759 - PROPOSTA	0/510403	19.755,98		19.755,98
28/01/2013	Nota 44155 - PROPOSTA	0/662556	34.411,08		54.167,06
28/01/2013	Nota 22768 - PROPOSTA	0/662562	1.994,39		56.161,45
Total da Conta:			56.161,45	0,00	56.161,45
Conta: 320102097 Red.: 156-2 TRANSMISSÃO DE DADOS (POE)					Saldo Anterior: 0,00
06/01/2013	Nota 6831 - LYRA NETWORK	0/510404	15.706,22		15.706,22
Total da Conta:			15.706,22	0,00	15.706,22
Conta: 320102099 Red.: 190-9 COBRANÇA TERCERIZADA					Saldo Anterior: 0,00
03/01/2013	Nota 57 - COBRANCA	0/510000	8.566,36		8.566,36
04/01/2013	Nota 14741 - ACC	0/510030	11.898,08		20.464,44
08/01/2013	Nota 107 - ATIVA SERVIÇOS LTDA	0/510071	331,22		20.795,66
08/01/2013	Nota 108 - ATIVA SERVIÇOS LTDA	0/510073	79,89		20.875,55
10/01/2013	Nota 14744 - ACC	0/510149	16.975,24		37.850,79
21/01/2013	Nota 73 - COBRANCA	0/510346	17.858,76		55.709,55
22/01/2013	Nota 109 - ATIVA SERVIÇOS LTDA	0/510351	349,86		56.059,41
22/01/2013	Nota 25085 - SOC TABOADA RECONSTRUÇÃO DE CREDITO S/A	0/913699	763,20		56.822,61
Total da Conta:			49.982,62	0,00	49.982,62
Conta: 320102012 Red.: 494-5 DISTRIBUIÇÃO DE PÓS					Saldo Anterior: 0,00
16/01/2013	Nota 322 - EDWILL	0/523242	19.500,00		19.500,00
16/01/2013	Nota 223 - EDWILL	0/523245	2.760,00		22.260,00
16/01/2013	Nota 324 - EDWILL	0/523247	840,00		24.100,00
Total da Conta:			24.100,00	0,00	24.100,00
Conta: 320102013 Red.: 492-0 SERVIÇOS DE TELEFONIA					Saldo Anterior: 0,00
10/01/2013	Nota 5 - SENEY CONDUZ	0/537413	499.200,00		499.200,00
Total da Conta:			499.200,00	0,00	499.200,00
Conta: 320102091 Red.: 157-0 TAXAS COBRANÇAS					Saldo Anterior: 0,00
02/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	102/4930104	6,50		6,50
02/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	102/4930110	955,03		961,53
03/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	103/493425	425,10		1.386,63
03/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	103/493426	3.876,20		4.402,83
03/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	103/503175	1.358,65		5.761,48
04/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	104/493490	426,40		6.179,88
04/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	104/493490	2.523,50		8.703,38
04/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	104/493497	987,69		9.691,07
07/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	107/503253	499,20		10.190,27
07/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	107/503254	3.535,40		13.725,67
07/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	107/503257	1.844,48		15.570,15
08/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	108/503982	1.255,80		16.825,95
08/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	108/503983	8.886,80		25.712,75
08/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	108/503985	2.247,31		27.960,06
09/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	109/501108	752,40		28.712,46
09/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	109/501109	7.682,10		36.394,56
09/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	109/501113	1.862,28		38.256,84
10/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	110/501214	1.279,10		39.535,94
10/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	110/501216	8.490,00		48.025,94
10/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	110/501220	1.381,60		49.407,54
11/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	111/501850	2.412,40		51.820,04
11/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	111/501858	12.593,00		64.413,04
11/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	111/501863	1.815,05		66.228,09
14/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	114/502396	416,00		66.644,09
14/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	114/502397	8.884,90		75.528,99
14/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	114/502404	659,40		76.188,39
15/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	115/503183	788,40		76.976,79
15/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	115/503187	8.324,10		85.300,89
15/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	115/503188	824,82		86.125,71
16/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	116/503185	885,70		87.011,41
16/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	116/503429	8.328,00		95.339,41
16/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	116/503814	961,17		96.300,58
17/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	117/503187	318,50		96.619,08
17/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	117/503188	2.681,50		99.300,58
17/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	117/503111	887,39		100.187,97
18/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	118/503653	577,20		100.765,17
18/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	118/503655	1.881,20		102.646,37
18/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	118/503658	426,58		103.072,95
21/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	121/505816	278,20		103.351,15
21/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	121/505819	1.848,10		105.199,25
21/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	121/505821	889,47		106.088,72
22/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	122/504331	736,10		106.824,82
22/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	122/504697	4.298,70		111.123,52
22/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	122/505288	1.120,43		112.243,95
23/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	122/506239	288,00		112.531,95
23/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	123/504239	2.083,36		114.615,31
23/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAS	123/504697	518,35		115.133,66
24/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAU/TARIFAS	124/503229	613,72		115.747,38
24/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAS	124/503233	1.777,68		117.525,06

Condôleira Sistema Contábil	Razão Analítico	PÁGINA:	3
		Data:	15/10/2013
		Hora:	16:02
Condição: Empresa		Período:	01/01/2013 a 31/01/2013

Data	Histórico	Lotef/Lote	Débito	Crédito	Saldo
	Conta: 52610001	Red.: 167-0 TARIFA COBRANCA			
		(Continuação)	Transporte de página anterior:		107.005,21
24/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	124/503234	289,90		107.295,11
25/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	125/503218	283,90		108.579,01
25/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAG	125/505221	1.595,60		109.824,01
25/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAG	125/505228	328,26		110.152,27
26/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	126/504210	393,90		110.546,17
26/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	126/504211	40,30		110.587,47
26/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAG	126/504212	2.779,76		113.367,17
26/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAG	126/504227	516,96		113.884,15
29/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	129/504124	146,90		114.031,05
29/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAG	129/504224	1.740,26		115.771,31
29/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAG	129/504227	676,55		116.447,86
30/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	130/503240	182,20		116.630,06
30/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAG	130/503281	948,10		117.578,16
30/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAG	130/503284	345,71		117.923,87
31/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA ITAG/TARIFAG	131/504789	71,50		117.995,37
31/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA HSBC/TARIFAG	131/504789	1.058,86		119.054,23
31/01/2013	TARIFA CDB BANCARIA CEF/TARIFAG	131/504794	530,72		119.585,42
		Total da Conta:	119.387,43	0,00	119.387,43

Data	Histórico	Lotef/Lote	Débito	Crédito	Saldo
	Conta: 33010403	Red.: 187-2 COMGOSTIVEIS E LOBAPLICACOES			
					Saldo Anterior:
					0,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/499931	200,00		200,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/499932	150,00		350,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/499933	200,00		550,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/499934	200,00		750,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/499935	218,00		968,00
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAG/COMGOSTIVEL	183/500000	47,48		1.015,48
04/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA AUTO POSTO ECOS	184/505421	50,00		1.065,48
09/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA SUILEN N/AUTO POSTO PBRX	184/505422	118,00		1.183,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO POSTO FICH	110/501258	58,00		1.241,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO POSTO IAPI	110/501259	110,00		1.351,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO POSTO IAPI	110/501278	70,00		1.421,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO MAX POSTO	110/501759	190,00		1.611,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO POSTO EMBORO	110/501758	190,00		1.801,48
10/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO POSTO IAPI	110/501759	191,00		1.992,48
10/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAJERO	110/502034	22,70		2.015,18
10/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO RIO	110/502027	89,00		2.104,18
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/502275	20,88		2.125,06
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO TRONAI	110/504039	113,61		2.238,67
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO FCA	110/500537	199,00		2.437,67
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO SANTA TEREZA	110/500598	118,77		2.556,44
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO POGORARO	110/500539	114,86		2.671,30
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO TRONAI	110/500902	82,00		2.753,30
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO COBDOVA	110/500541	160,86		2.914,16
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO TODA NOVA	110/500542	148,00		3.062,16
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO IAPI	110/500552	136,70		3.198,86
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PAULO MENEZES	110/500593	120,00		3.318,86
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO FICA AILU	110/500554	99,11		3.417,97
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO DCS VILHANOVA	110/500998	142,51		3.560,48
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500557	139,85		3.700,33
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500598	120,13		3.820,46
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500559	143,40		3.963,86
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/500589	109,68		4.073,54
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500541	103,85		4.177,39
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500592	112,91		4.290,30
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MIRASSOL	110/500544	125,43		4.415,73
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/500589	132,00		4.547,73
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALEMA	110/500546	85,00		4.632,73
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRO SUL	110/500567	122,50		4.755,23
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO DIBACU	110/500549	148,43		4.903,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO CENTRAL CASCAVEL	110/500579	108,56		5.012,22
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BELLA VISTA	110/500573	99,00		5.111,22
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESSEBO	110/500578	50,00		5.161,22
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO FAROL DO PARQUE	110/500577	125,44		5.286,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ANILISE	110/500579	105,00		5.391,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO SANTA DAMIANA	110/500580	137,00		5.528,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MARFIM	110/500581	118,00		5.646,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MARFIM	110/500582	140,00		5.786,66
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESSEBO	110/500584	146,23		5.932,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BARCELLOS	110/500586	114,00		6.046,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PIRACI	110/500589	121,00		6.167,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TIO EGO	110/500591	130,00		6.297,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA PRAIA MARIA POSTO	110/500594	153,00		6.450,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO IMAD DA ESTRELA I	110/500597	190,00		6.640,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESSEBO	110/500599	150,00		6.790,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA SA BARBA	110/500602	129,00		6.919,89
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA SA BARBA	110/500603	162,99		7.082,88
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA SA BARBA	110/500605	116,83		7.199,71
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA SA BARBA	110/500608	110,13		7.309,84
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA SA BARBA	110/500607	109,40		7.419,24
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO HESTERFARMAS	110/500612	120,54		7.539,78
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MARFIM	110/500613	191,00		7.730,78
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO HESTERFARMAS	110/500614	114,87		7.845,65
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO MAR AILU	110/500616	83,07		7.928,72
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESSEBO	110/500618	146,00		8.074,72
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MARACANA	110/500619	99,00		8.173,72
11/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO DOTS INHADO	110/500620	100,00		8.273,72

Cordilheira Sistema Contábil

Razão Analítico

PÁGINA: 4

Data: 15/10/2013

Hora: 16:02

Consórcio: Outros

Período: 01/01/2013 a 31/09/2013

Data	Histórico	Lote/Lcto.	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 3010400		Red.: 101-2 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(Continua)	Tempo de página anterior:	8.028,36
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO MEDITERRANEO	110/568621	242,19		8.181,55
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BARCELONA	110/568640	238,92		8.320,47
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BARCELONA	110/568641	226,09		8.446,56
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BARCELONA	110/568643	80,00		8.526,56
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO CRESSO MEL	110/568647	239,03		8.665,53
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA DA BARRA	110/568652	233,39		8.798,92
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA DA BARRA	110/568653	227,00		8.925,92
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA DA BARRA	110/568654	80,02		9.005,94
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA DA BARRA	110/568656	269,78		9.275,72
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PRAIA DA BARRA	110/568657	243,02		9.518,74
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAVEJO	110/568660	204,00		9.419,72
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568661	204,00		9.324,72
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568665	252,05		9.575,77
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MARESTRO	110/568667	96,51		9.774,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568673	249,00		9.923,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO UNIVERSITARIO	110/568678	50,00		9.973,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568680	214,00		10.087,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568682	240,00		10.327,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAVO	110/568684	256,00		10.383,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAVO	110/568697	249,00		10.532,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAVO	110/568700	253,02		10.685,30
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TRAVO	110/568702	239,06		10.824,36
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO FERREARI STA MARIA	110/568713	225,01		10.955,35
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PORTO PRINCINE	110/568718	250,00		11.105,35
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO PAROL DO PARQUE	110/568721	200,19		11.205,53
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568724	243,61		11.349,14
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO IAPI	110/568727	96,66		11.445,80
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BR 3 PETROPOLIS	110/568739	225,00		11.562,80
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA RIBE 3 AUTO POSTO	110/568731	225,70		11.688,50
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO CP	110/568732	50,00		11.738,50
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO SAO JOSE HOSTAR	110/568734	228,02		11.966,52
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO MAFIPA 4	110/568736	228,01		11.994,54
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA BOCA SUL AUTO POSTO	110/568741	249,07		12.143,61
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO BELA VISTA	110/568743	81,02		12.224,63
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568744	212,79		12.337,42
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO HORIZONITA	110/568748	223,00		12.461,42
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO LONDRINA VI	110/568749	200,05		12.561,47
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568750	201,60		12.663,06
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO BOOS	110/568753	227,00		12.790,06
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO LONDRINA VI	110/568757	255,97		12.946,03
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO PRIMAVERA	110/568759	239,00		13.074,93
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO V MINABELA	110/568761	86,01		13.160,94
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO UNIVERSITARIO	110/568764	50,00		13.210,94
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568767	112,70		13.322,74
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO SERRILA	110/568769	250,00		13.472,74
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/568771	240,42		13.613,16
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568772	242,04		13.755,20
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568776	227,03		13.982,23
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO CRESSO MEL	110/568778	244,01		14.031,29
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568783	237,73		14.169,02
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/568786	212,89		14.381,91
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568788	233,99		14.615,90
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568789	228,89		14.844,79
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/568791	200,03		14.834,47
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568792	237,40		14.777,87
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568794	226,01		14.811,28
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO IAPI	110/568798	119,03		14.931,08
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568805	225,81		15.156,89
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568806	48,09		15.204,98
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568808	99,02		15.314,00
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO GERARMI	110/568809	88,09		15.402,09
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALFA	110/568812	202,02		15.504,31
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO HEL	110/568814	240,01		15.644,32
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO TIO TATA 2	110/568818	202,02		15.746,34
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO RICHVILLE	110/568823	287,89		15.834,23
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESTRELA DO MAR	110/568826	97,01		15.931,24
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO SAO JOAO PENA	110/568831	211,07		16.042,31
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ESMERO	110/568833	240,06		16.221,48
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO VICAR	110/568841	239,09		16.350,57
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO VICAR	110/568848	229,01		16.485,49
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALTO DA XV	110/568849	209,02		16.609,51
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO VICAR	110/568850	225,04		16.725,55
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA AUTO POSTO VICAR	110/568854	209,09		16.839,53
18/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA POSTO ALFA	110/568856	99,32		16.938,85
21/01/2013	PAGAMENTOS CAIXA RIBE 3A POSTO	121/568871	283,03		17.072,46
29/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/FICREAS POSTO BAUTICO	125/568857	249,45		17.221,91
29/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA POSTO SAIA DO SUL	125/561398	30,89		17.251,93
29/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA POSTO APVALOOGA	125/529904	20,00		17.271,93
29/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA POSTO FORMILA 1	130/533371	69,09		17.340,92
31/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA POSTO GAGOL PRAIA DA BARRA	131/531807	229,01		17.469,93
31/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA POSTO SANTI PRAIA DA BARRA	131/531871	243,89		17.613,82
Total da Conta:			27.613,61	0,00	17.613,82
Conta: 330104011		Red.: 206-0 DESPESA LEASING FINANCEIRO	Saldo Anterior:		0,00
02/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PANC 16	102/496539	547,89		547,89
02/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PANC 25	102/496533	613,27		1.161,16

Condifera Sistema Contábil

Razão Analítico

PÁGINA: 6
Data: 15/10/2013
Hora: 16:02

Consolidação Empresa

Período: 01/01/2013 a 31/01/2013

Data	Histórico	Lotat.Ccto.	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 33010001	Red.: 280-0 DESPESA LEASING FINANCEIRO	(Continuação)	Transferência de página anterior:		1.380,00
02/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 25	102/490543	126,56		1.486,52
03/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 01	103/560206	895,18		1.888,70
07/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 28	107/560280	577,13		2.465,89
07/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 27	107/560188	858,90		2.304,79
07/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 27	107/560287	979,62		3.784,41
09/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 03	109/561407	141,22		3.825,63
11/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 28	111/562237	600,91		4.753,64
14/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 09	114/560750	1.207,28		5.846,52
14/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO BRASIL/LEASING/PARC 12	114/562752	1.747,74		7.798,66
14/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 16	114/565013	3.825,21		11.523,87
16/01/2013	VALOR REF BANDA LEASING - VW GOL 2014/12	114/517543	941,45		12.474,92
16/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 6	116/563982	1.116,58		13.581,48
17/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 19	117/563407	902,89		14.154,36
18/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 09	118/563560	144,57		14.358,92
18/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 21	118/563663	643,67		14.822,00
22/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 2	122/564325	436,53		15.358,13
23/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 03	123/564261	397,98		15.716,63
28/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/33	128/564245	522,75		16.239,38
31/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/LEASING/PARC 03	131/564804	518,64		16.558,02
Total da Conta:			16.558,02	0,00	16.558,02
Conta: 33010405	Red.: 497-3 DESPESA ALUGUEL JOOINVILLE		Saldo Anterior:		0,00
31/01/2013	VALOR REF ALUG JOOINVILLE 01-2013	131/511975	550,00		550,00
Total da Conta:			550,00	0,00	550,00
Conta: 33010501	Red.: 200-3 ALUGUEIS		Saldo Anterior:		0,00
31/01/2013	VALOR REF ALUGUEIS 01-2013/01-02	131/510182	20.899,24		20.899,24
31/01/2013	VALOR REF ALUGUEIS 01-2013/01-02	131/510184	32.989,62		53.888,86
Total da Conta:			53.888,86	0,00	53.888,86
Conta: 33010503	Red.: 202-3 ENERGIA ELÉTRICA		Saldo Anterior:		0,00
04/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA LIGHT RJ	144/564257	169,32		169,32
04/01/2013	Nota 116047 - COPEL	0/518903	791,48		960,78
04/01/2013	Nota 116406 - COPEL	0/669107	2.130,38		3.821,77
07/01/2013	Nota 1184937 - COPEL	0/499853	5.469,28		9.311,05
08/01/2013	Nota 1187943 - COPEL	0/499982	6.872,83		15.373,88
11/01/2013	PAGAMENTO VIA BANCO ITAU/CELESC DISTRIB S/A	111/562225	21,56		15.394,34
24/01/2013	VALOR REF LOC 89433 CENAC/38-01	124/563182	21,82		15.415,36
31/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA LIGHT/593751305025	131/511986	119,21		15.534,63
31/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA CENAC EDIFICIO ELÉTRICA	131/501010	146,54		15.678,17
31/01/2013	RESSARCIMENTO DE DESPESA CPFL ENERGIA SP	131/522280	119,67		15.796,74
Total da Conta:			15.796,74	0,00	15.796,74
Conta: 33020204	Red.: 224-3 SERVIÇO PRESTADO PESSOA JURÍDICA		Saldo Anterior:		0,00
02/01/2013	Nota 36 - MM PRODUÇÕES	0/509959	828,19		828,19
04/01/2013	Nota 15 - SCS	0/562637	2.090,91		2.928,19
14/01/2013	Nota 1542 - ACTA	0/507357	1.500,00		4.328,19
29/01/2013	Nota 710 - AEDI CLÍNICA	0/531987	2.000,00		6.328,19
Total da Conta:			6.328,19	0,00	6.328,19
Conta: 33020501	Red.: 249-3 MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS		Saldo Anterior:		0,00
02/01/2013	Nota 2321 - HSB	0/509971	227,58		227,58
02/01/2013	Nota 2362 - SYDRAK SERVICIOS	0/511174	394,49		623,07
03/01/2013	Nota 984 - DEL GRANDE INFORMATI	0/518907	1.246,36		1.869,43
09/01/2013	Nota 3279 - EAST FOR SERV	0/506481	2.700,00		4.569,43
10/01/2013	Nota 3285 - EAST FOR SERV	0/510103	1.800,00		6.369,43
14/01/2013	Nota 3307 - EAST FOR SERV	0/510115	700,00		7.069,43
16/01/2013	Nota 3464 - PARTEC	0/510283	140,70		7.210,13
17/01/2013	Nota 3466 - PARTEC	0/511193	11.220,00		18.430,13
17/01/2013	Nota 3324 - EAST FOR SERV	0/534676	1.000,00		19.430,13
21/01/2013	Nota 6432 - TRILUMINA	0/501897	2.157,42		21.587,55
22/01/2013	Nota 3240 - EAST FOR SERV	0/534577	600,00		22.187,55
Total da Conta:			22.126,55	0,00	22.126,55